

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR**

DIAIME ELIZANDRA HACKER

MATINHOS/PR – 2011

DIAIME ELIZANDRA HACKER

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Edilane Bertelli.

MATINHOS/PR – AGOSTO DE 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

DIAIME ELIZANDRA HACKER

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e defendido em Banca Examinadora
em agosto de 2011.

Dra. Edilane Bertelli (orientadora)
Docente da UFPR – Setor Litoral

Dr. Luis Eduardo C. Thomassim
Docente da UFPR – Setor Litoral

Msc. Silvana Marta Tumelero
Docente da UFPR – Setor Litoral

Dedico este trabalho a todos os amigos que me ajudaram e torceram por mim, à minha orientadora, às pessoas em situação de rua que me receberam gentilmente em seu espaço e em especial a meus pais e marido.

AGRADECIMENTOS

A minha professora orientadora Edilane, pela paciência e apoio profissional e amigo de todas as etapas deste trabalho, pela sua atenção, compreensão e dedicação.

A minha família, pela confiança e motivação cotidianas, bem como pela compreensão da “ausência Involuntária” ao longo desses anos de minha trajetória de formação pessoal e profissional.

Aos amigos e colegas, pela força e pela vibração com o meu sucesso em relação a essas jornadas, em especial, à minhas amigas do peito: Clemair, Laidines, Gisele, Patricia Brustolin, Bruna, Amanda e Mariana.

Aos professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

A todas as pessoas em situação de rua entrevistadas ou não, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho e aos que não impediram a finalização deste estudo.

*Nós vos pedimos com insistência
não digam nunca: isso é natural!
diante dos acontecimentos de cada dia
numa época em que reina a confusão,
em que corre o sangue,
em que o arbítrio tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza
não digam nunca: isso é natural!
para que nada possa ser imutável!*

Bertolt Brecht (1898-1956)

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise das trajetórias de vida de “moradores de rua” ou, conforme definição política adotada recentemente “pessoas em situação de rua”, na cidade de Guaratuba, estado do Paraná. Trajetórias percorridas com o propósito de conhecer as experiências vividas – suas motivações, percepções, estratégias, significados, sentidos, desejos construídos (sobre vários aspectos) – e problematizá-las face a determinados ordenamentos, concepções e práticas, sociais e profissionais, as quais constituem as relações e dinâmicas sociais contemporâneas. A construção da pesquisa que resultou neste estudo fundamentou-se numa abordagem qualitativa, cuja construção dos dados se pautou em fontes orais, através de entrevistas (semi-estruturadas) realizadas com sete pessoas (do sexo masculino) em situação de rua nesse município, concomitante a análise de reflexões trazidas à tona por autores e ou instituições que se debruçaram sobre o tema em questão. As narrativas dessas pessoas em situação de rua possibilitaram partilhar e re-construir significados e sentidos, os quais contrastam com o “supostamente normal” pertinente ao senso comum, assim como oportunizaram compreender a heterogeneidade e complexidade envolvidas quando se confrontam suas trajetórias e experiências a determinados direitos de cidadania.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Trajetórias de Vida; Direitos e Políticas Sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	12
1.1 – Pessoas interlocutoras da trama: “moradores de rua” de Guaratuba/PR	12
1.2 – População em situação de rua: como são definidas e caracterizadas?	14
CAPÍTULO II – RUMO À VIDA NAS RUAS	21
2.1 – Por que habitar e viver na e da rua?	21
2.2 – Quando a rua se torna uma “saída”?	24
2.3 – Pertencimentos e relações familiares na situação de “morador de rua”	29
CAPÍTULO III – VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA	33
3.1 – Trajetórias vividas: percursos entre possibilidades e dificuldades	33
3.1.1 – A fome e as formas de saciá-la	34
3.1.2 – Sentir-se com saúde e enfrentar as doenças	37
3.1.3 – Vestir-se e cuidar da higiene pessoal	38
3.1.4 – Dormir e habitar espaços da cidade	40
CAPÍTULO IV – “SEGUINDO EM FRENTE”: OUTROS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA	45
4.1 – Situação de rua como “identidade”	45
4.2 – A rua e os não pertencimentos: violências e discriminações sociais	47
4.3 – Formas de trabalho: possibilidades de pertencimentos ou não?	51
4.4 – Relações entre “moradores de rua”: amizades, parcerias, conflitos	56
CAPÍTULO V – QUE DIREITOS? QUE POLÍTICAS SOCIAIS?	59
5.1 – Pessoas em situação de rua: revisitando direitos e políticas sociais.....	59
5.1.1 – Moradia: “minha casa, minha vida”?	59
5.1.2 – Albergues: acolhida e ou expulsão?	60
5.1.3 – Saúde pública universal?	62
5.1.4 – Assistência social a quem necessitar?	65
CAPÍTULO VI – “MORADOR DE RUA”: SER E OU ESTAR?	69
6.1 – Sonhar o futuro: um direito exercido	69
6.2 – “Ser morador de rua”: narrativas de trajetórias vividas	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise das trajetórias de vida de “moradores de rua” ou, conforme definição adotada recentemente “pessoas em situação de rua”, na cidade de Guaratuba/PR. Percorremos essas trajetórias com o propósito de conhecer as experiências vividas – suas motivações, percepções, estratégias, significados, sentidos e desejos em relação a vários aspectos – e problematizá-las face a determinados ordenamentos, concepções e práticas constituintes das relações e dinâmicas societárias contemporâneas.

Durante o período de estágio supervisionado em Serviço Social realizado na Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social (SMBEPS) de Guaratuba, no período de agosto a dezembro/2009 e maio a junho/2010, foi possível observar e acompanhar atendimentos realizados aos usuários da política socioassistencial. Neste processo constatamos a carência de políticas, programas e projetos voltados à pessoa em situação de rua e, também, àquelas que se “aventuravam” no município em busca de trabalho e, desiludidas, compareciam à SMBEPS solicitando passagens para voltar à cidade de onde vieram, porque não possuíam condições financeiras, nem ao menos para uma refeição, e, geralmente, há alguns dias estavam dormindo na rua. A doação de passagens, benefício eventual concedido pela SMBEPS, é o único “serviço” disponibilizado pelo poder público municipal em convênio com as empresas de transporte. O encaminhamento dessas pessoas aos municípios de origem, realizado em alguns períodos do ano, pode ser entendido como uma solução para a “limpeza” da cidade, retirando essas pessoas dos “olhos” da sociedade. Prática esta que fere o direito de ir e vir do cidadão, pois conforme consta no art. 5º, inciso XV, da Constituição Federal, promulgada em 1988: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

Aos que solicitavam passagens e as conseguiam, observamos que, na maioria das vezes, o embarque era marcado para o dia seguinte e essas pessoas ou famílias (como pude presenciar) acabavam dormindo na rua, geralmente nos bancos da rodoviária municipal, até o momento do embarque. Situação que chamava nossa atenção e nos preocupava ao constatar que iriam permanecer ao relento, com

crianças, sem alimentação e um local seguro para pernoitar, aguardando o momento de embarque.

Num primeiro momento, pensamos na necessidade de equipamento social que abrigasse essas pessoas, neste caso um albergue seria o ideal. Mas, e em relação às pessoas em situação de rua? Diante do observado e tendo em mente que, antes de propormos qualquer possível intervenção para o suprimento das necessidades individuais e sociais, devemos primeiro conhecê-las, surgiu o interesse de estudarmos esse tema e irmos a campo (às ruas, no caso do objeto desta pesquisa). Tal foi, em síntese, o processo que provocou a elaboração do presente trabalho.

O tema abordado é representado como uma das formas de maior vulnerabilidade e exclusão social – expressão da questão social – exposta aos “olhos” da sociedade e, não menos, ao campo do Serviço Social. Mesmo tendo sido o processo de formação profissional nesta área a nos instigar indagações e reflexões, a intervenção do assistente social não constitui foco e objetivo do presente estudo, porém, acreditamos que as questões trazidas à tona poderão contribuir tanto para a construção de políticas sociais quanto para o trabalho dessa categoria profissional em relação à população em situação de rua.

Andando pelas ruas de Guaratuba, em particular na área do central do município, observamos pessoas em situação de rua pedindo esmolas, trabalhando como guardadores de carro, coletando materiais recicláveis. Algumas das quais “figuras” conhecidas na cidade que intercalam a vida entre “ser da” e “estar na” rua. Durante a noite, nas marquises de estabelecimentos comerciais, encontramos algumas dessas pessoas dormindo sozinhas ou acompanhadas – de outras pessoas e ou de seus animais de estimação (os cães) e ou de seus carrinhos de coleta de material reciclável. Realidade que é motivo de reclamação dos comerciantes, embora não exclusivamente, devido, a princípio, ao fato de que nesses locais (onde as pessoas em situação de rua dormem), ao amanhecer, são deixados lixo.

Diante do exposto, objetivamos analisar como vivem pessoas em situação de rua no município de Guaratuba/PR partindo de suas trajetórias de vida, no intuito de conhecer e compreender os processos que levaram à situação de rua, as relações e interações sociais construídas, as formas de inserção na comunidade local e na

sociedade, bem como suas concepções, necessidades, enfrentamentos e desejos, considerando suas vivências e determinados direitos de cidadania.

Adotamos para alcançar os propósitos deste estudo à abordagem qualitativa da pesquisa social, que abrangeu pesquisa bibliográfica (estudos sobre o tema), documental (legislações) e empírica (observação e entrevista). Para conhecer as trajetórias de vida de pessoas em situação de rua no município de Guaratuba utilizamos como instrumento de coleta/construção de dados a entrevista, cujo “roteiro” abrangia a “reconstituição e o relato do passado efetuado pelo próprio indivíduo, desde um ponto mais longínquo de que se recorda, até os dias atuais.” (QUEIROZ, 1983, p.49).

A construção deste trabalho de conclusão de curso foi desenvolvida tendo como fonte principal os relatos de trajetórias vividas e narrados por 07 (sete) pessoas (do sexo masculino) em situação de rua no município de Guaratuba. O processo de realização das entrevistas ocorreu no período de abril a junho de 2011, sendo que, inicialmente, buscamos localizar os “sujeitos interlocutores” pelas ruas da cidade e, ao encontrá-los, expor os intentos da pesquisa e obter (ou não) o aceite de participação. Nos casos afirmativos, consoante às suas preferências e disponibilidades, acordamos local de encontro, dia da semana e horário (aproximado) das entrevistas. Porém, quando iniciamos esta fase da pesquisa, deparamo-nos nas primeiras entrevistas com “desencontros” – relacionados tanto ao “nomadismo” nos espaços da cidade, quanto ao “estado de embriaguês” àquela hora do dia (final da tarde) – os quais impossibilitaram a sua realização nos locais, dias e horários acordados. Tais situações demandaram a construção de outras estratégias de abordagem. Nos casos de desencontro em relação ao local, adotamos a alternativa de “circular” pela cidade no intuito de encontrá-las, abordá-las e consultá-las novamente quanto ao interesse e disponibilidade de participação nesta pesquisa – diante da concordância e re-encontro, realizamos as entrevistas. Naqueles relativos ao estado de “embriaguês”, iniciamos os diálogos (primeira interlocução), todavia, diante da situação, propusemos encontro para outro dia e horário (entre a metade e final da manhã) – os quais, diante do consentimento dessas pessoas, as entrevistas foram realizadas.

Decorrente dos acordos éticos construídos no processo de pesquisa em tela, os nomes utilizados para identificar as pessoas que deram voz e vida ao longo desta “trama” – “moradores de rua” ou “em situação de rua” – são fictícios.

Ainda, sobre a consecução das entrevistas, exceto num dos casos em que houve a presença de um amigo da pessoa moradora de rua entrevistada, as demais entrevistas foram realizadas individualmente, ou seja, envolvendo a pesquisadora e a pessoa entrevistada (sujeito interlocutor). As narrativas foram gravadas com o consentimento das pessoas que compuseram esta “trama”, posteriormente transcritas e cujas questões trazidas à tona possibilitaram a organização e a composição dos capítulos apresentados.

Desta forma o presente trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro, “População em Situação de Rua”, apresenta as pessoas em situação de rua interlocutoras desta pesquisa no município de Guaratuba/PR, bem como caracterizações e definições dessa população na sociedade brasileira a partir de vários estudos realizados e publicados. No segundo, “Rumo à vida nas ruas”, trazemos à tona processos vividos que implicaram habitar e viver na e da rua como uma “saída”, enfatizando pertencimentos sociais e relações familiares. O terceiro, “Viver em situação de rua”, aborda as possibilidades (estratégias construídas) e dificuldades (enfrentamentos vividos) no cotidiano em relação à alimentação, à saúde, às roupas e ao descanso do corpo, isto é, a alguns cuidados de si. No quarto capítulo, “Seguindo em frente: outros sentidos e significados de viver em situação de rua”, problematizamos determinados pertencimentos sociais ou não, considerando como se identificam com e na situação de rua, as violências e discriminações sociais vivenciadas, as formas e significados do trabalho para suprir suas necessidades, bem como as relações de parceria construídas e de conflitos vivenciados. O quinto capítulo, “Que direitos? Que políticas sociais?”, revisita alguns direitos de cidadania e políticas sociais construídas na sociedade brasileira contemporânea, no sentido de problematizar, ainda que brevemente, seus propósitos, sentidos e pertinências quando se trata de pessoas em situação de rua em âmbito nacional e local. No último capítulo, “Morador de rua: ser e ou estar?” apresentamos sonhos e desejos das pessoas que compuseram a trama deste estudo, assim como as definições sobre “ser morador de rua” face às suas experiências de vida.

CAPÍTULO I

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1.1 – Pessoas interlocutoras da trama: “moradores de rua” de Guaratuba/PR

Nesse item caracterizaremos alguns aspectos das sete pessoas em situação de rua interlocutoras do estudo em tela. Há que se considerar que não podemos e tampouco pretendemos generalizar suas características traçando um “perfil” como acontece após a realização dos censos demográficos, uma vez que a população em situação de rua se apresenta de modo bastante heterogêneo na sociedade brasileira.

Para fins de descrição e análise das histórias de vida dos entrevistados os identificamos com nomes fictícios, respeitando o direito ao sigilo e à preservação de suas identidades. Segue abaixo e também como APENDICE em anexo, breve apresentação das pessoas entrevistadas, cujas vidas compuseram as “tramas” desse estudo:

João: 48 anos de idade, negro, paranaense, mora em Guaratuba há mais de 30 anos, foi pescador; faz 6 anos ou mais que está em situação de rua, não sabe ao certo. Não consegue mais escrever o próprio nome. Foi casado, tem 4 filhos, coleta latas de alumínio para vender.

Luis: 44 anos de idade, branco, está em situação de rua desde os 12 anos de idade, portanto, há 32 anos nessa situação; natural de Curitiba/PR, já foi casado e tem 1 filho; estudou até os 12 anos; já trabalhou de motoboy e também dirige caminhão, vive de cidade em cidade e está em Guaratuba há 5 meses, portanto, é um “trecheiro” como ele se denomina. Faz alguns bicos para se sustentar

Eduardo: 51 anos de idade, branco, foi casado e tem 1 filha; vivia em Curitiba e está em situação de rua há 4 anos; trabalhou durante 30 anos como garçom; está em Guaratuba desde o início de dezembro de 2010. Coleta latas de alumínio para vender.

Pedro: 49 anos de idade, branco, natural de Japurá/PR; está em situação de rua há 35 anos, sabe ler, escrever e estudou até os 14 anos; não tem filhos; é um “trecheiro”, pois vive de cidade em cidade, costuma ficar mais tempo nas cidades que lhe oferece melhores condições de subsistência. Costuma coletar materiais recicláveis para vender.

Fernando: 52 anos de idade, negro, natural de Itaquera/SP; tem 5 filhos, já foi casado e está separado; é evangélico e estudou até a 7ª série do ensino fundamental; mora em Guaratuba há 16 anos e é catador de materiais recicláveis. Mantém contato com os filhos frequentemente e está na rua há mais de 4 anos.

Carlos: 54 anos de idade, branco, natural de Curitiba; morador de Guaratuba desde 1967 e está em situação da rua há mais de 2 anos, têm 4 filhos, separado, pedreiro, não trabalha mais na profissão devido a problemas de saúde. Estudou até a 4ª série do antigo primário. Não mantém contato com a família, realiza pequenos bicos para os comerciantes locais e possui um carrinho para catar material reciclável que ele pouco usa. É guardador de carros na praça central.

Rafael: 34 anos de idade, branco, separado, tem 1 filho; mora em Guaratuba há 12 anos e está em situação de rua há 12 anos; possui ensino médio completo e trabalhava com serigrafia. Hoje cata latinhas e às vezes pede esmolas para sobreviver.

Durante o período das entrevistas, quando tivemos contato com várias pessoas em situação de rua, além dos que foram entrevistados, observamos que as pessoas vivendo em situação de rua no município de Guaratuba são na maioria homens com idade acima de 30 anos e de cor branca, que possuem uma profissão que não mais exercem; o grau de escolaridade é baixo entre os mais velhos e somente o entrevistado mais novo possui o ensino médio completo.

Também identificamos nesse período a presença de uma mulher de aparentemente 35 anos de idade, branca, baixa escolaridade, mãe de 5 filhos – os quais, segundo ela, foram retirados de sua guarda e colocados para adoção. Não quis dar entrevista por ter “pendências com a lei”. Ela vive em companhia de um

homem com quem divide o espaço da rua. Outra mulher também foi avistada: aparenta ter mais de 35 anos e convive com um grupo de homens que costuma permanecer na Praça Cel. Alexandre Mafra, no centro de Guaratuba. Segundo os entrevistados, existem moças e rapazes que só aparecem à noite devido ao uso de drogas; dormem durante o dia e à noite, aparecem para usar drogas.

Na falta de abrigos e locais seguros para dormirem, as garagens de residências de veraneio acabam servindo de abrigo para parte dessa população em situação de rua do município, uma vez que não há serviços de acolhimento, governamental ou não, para essa população até o momento.

1. 2 – População em situação de rua: como são definidas e caracterizadas?

Conforme a Política Nacional para a População em Situação de Rua instituída pelo Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, considera-se população em situação de rua:

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A partir desta Política, o morador de rua passa a ser identificado como “pessoa em situação de rua” e essa definição tornou-se base norteadora para a realização de pesquisas sobre essa população, por exemplo, os censos demográficos.

O I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), ocorreu em setembro de 2005. Nesse encontro foi destacada como ação prioritária a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas sociais direcionadas à pessoa em situação de rua.

Como resultado desse Encontro foi realizado a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, no período de agosto de 2007 a março de 2008. Esse trabalho nasceu de um acordo de cooperação assinado entre a Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) onde conforme o Sumário Executivo (2008, p.3):

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS.

Conforme consta no Sumário Executivo (2008, p.3-4), o estudo de abrangência nacional identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados, sendo que:

A população em situação de rua é predominantemente masculina (82%).

Mais da metade (53%) das pessoas adultas em situação de rua entrevistadas (somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais) possui entre 25 e 44 anos.

39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%).

Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua.

Os níveis de renda são baixos. A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais.

Em pesquisa realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) sobre o Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da área central da cidade de São Paulo, em 2010, constatou-se que a população em situação de rua é predominantemente do sexo masculino (86%) e de não brancos (64%), com idade média de 40 anos.

São pessoas que tiveram uma casa onde 83% moravam com membros da família e/ou parentes e 45% dessas moradias eram próprias e 39% alugadas. O consumo de álcool e/ou drogas é bastante significativo, pois 74,4% fazem uso de um ou de ambos. Foram discriminados os tipos de substâncias consumidas: bebida alcoólica 65%; crack 27,3%; maconha 21%; e cocaína 11,8%. Também foi

identificado que muitos dos entrevistados já faziam uso de alguma destas substâncias mesmo antes de chegar à situação de rua.

Ao contrário da pesquisa em São Paulo e da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, no município de Guaratuba as características das pessoas entrevistadas vivendo em situação de rua se diferenciou em relação à cor e à média de idade. Pois, a maioria dos entrevistados é de cor branca e a média de idade identificada foi de 47 anos, portanto, a população das ruas do município é um pouco mais velha que a identificada no perfil nacional.

A matéria escrita pelo jornalista Luciano Guimarães, publicada no site www.diarioweb.com.br, sob o título “Moradores de rua formam um grupo heterogêneo”, traz à tona dados de pesquisa realizada, no período de agosto a dezembro de 2010, no município de Rio Preto/SP com 104 pessoas em situação de rua, a qual identificou que 77% dos entrevistados são da cor branca. Luciano Guimarães destaca, face ao contexto local, que “o levantamento desmistifica o senso comum da população que a maioria dos mendigos é negra, analfabeta, não tem profissão definida, é vagabunda, preguiçosa e violenta”. Afirmação que contribui para problematizar, relativizar e desconstruir determinados estigmas sociais quando se trata desse segmento da população e conforme a constituição étnico-racial que compõe os estados e municípios (e seus múltiplos “territórios”) brasileiros.

A partir do exposto, podemos dizer que a população em situação de rua é heterogênea, com especificidades individuais e regionais, pois na região sul do Brasil predomina a população de cor branca de etnias européias, por este motivo acreditamos no predomínio da cor branca entre os entrevistados no município de Guaratuba.

Outro dado interessante da pesquisa em Rio Preto/SP também identificado em outras pesquisas é que as pessoas em situação de rua já tiveram uma profissão. Foram encontrados durante a pesquisa, por exemplo, ex-motoristas, marceneiros, pintores, domésticas, soldados, pedreiros, técnicos em telecomunicações, professores, decorador de ambientes, e até um piloto de aviões da Aeronáutica. Entre os entrevistados em Guaratuba não é diferente, encontramos garçom, pintor, pedreiro, motorista de caminhão, metalúrgico e caseiro.

Durante as entrevistas todos os entrevistados declararam gostar de viver em Guaratuba, pois a vida é mais tranquila, ao contrário dos grandes centros urbanos

onde poderiam se deparar com mais situações de perigo e violência contra eles – o que não significa afirmar que no município inexistam situações que ofereçam perigo à sua sobrevivência.

Dentre os entrevistados em Guaratuba, apenas Fernando não nasceu no estado do Paraná, sendo que quatro dos entrevistados, incluindo Fernando, já moravam no município antes de estar em situação de rua e estão nesta situação há mais de 2 anos. Estes possuem familiares que residem no município, mas apenas Fernando mantém contato com os filhos. Em geral, vivem sem qualquer tipo de apoio institucional, portanto, excluídos do acesso a determinados serviços e equipamentos públicos.

Os próprios entrevistados informaram que de 4 a 6 pessoas as quais dividem o espaço da rua com eles já moravam em Guaratuba antes de estar em situação de rua. Na sua maioria, homens que tinham trabalho, moravam com a família e acabaram buscando as ruas devido ao uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas.

Para Silva (2009, p.123) a heterogeneidade dessa população é a característica que mais se destaca nos estudos e pesquisas sobre o tema e:

(...) a maioria dos autores descreve as pessoas em situação de rua como pessoas de origens, interesses, vinculações sociais, e perfis socioeconômicos diversificados, por isso não constituem um único grupo ou categoria profissional. (...) “são populações”.

Essas populações devem ser minuciosamente estudadas e principalmente escutadas para que as mais variadas formas de exclusão possam ser trabalhadas e eliminadas. Especificar suas características servirá basicamente para que se possam obter dados significativos para a elaboração de políticas que venham a atender, a medida do possível, as especificidades dessa população. Pois, ao analisar as histórias de vida dos entrevistados, concordamos com Scorel (*apud* SILVA, 2009, p. 123) quando a autora diz que “são populações” que possuem diferenciais de acordo com a sua organização e necessidades que devem ser respeitados.

A pessoa em situação de rua é representada pela sociedade de várias formas. Mattos e Ferreira (2004, p. 49-51) abordam estas representações, as quais de certa forma acabam influenciando na formação da identidade dessas pessoas:

Pessoa em situação de rua como vagabunda, que explicaremos adiante na discussão sobre trabalho;

Pessoa em situação de rua como louca, onde para Stoffels (*apud* MATTOS, 2004, p. 50) “o discurso psiquiátrico” associa a população de rua à doença mental caracterizando-a pelos “desajustamentos sociais”, “psicopatias” e “distúrbios de personalidade”;

Pessoa em situação de rua como suja, que iremos expor quando analisamos aspectos relativos à saúde e à higiene;

Pessoa em situação de rua como perigosa, que discutiremos ao expor o tema violências e discriminações sociais;

Pessoa em situação de rua como “coitadinha”.

Alguns autores criaram tipologias dos moradores de rua ao estudar o fenômeno em Brasília. Burzstyn (*apud* SILVA, 2009, p. 123) localizou 12 grupos:

A população de rua de Brasília pode ser tipificada segundo diferentes categorias. São grupos característicos, que podem ser encontrados em outras cidades, ainda que em proporções diferenciadas. Cada uma das categorias analisadas tem traços bem particulares, diferenciando-se pela sua relação com o trabalho, estratégias de subsistência, vinculações sociais, expectativas e visões de mundo. As pesquisas realizadas junto à população de rua da cidade permitem a diferenciação de 12 grupos: catadores de lixo seco (...), trabalhadores de rua (...), albergados (...), catadores nômades (...), sem-lixo e sem-teto, mais ou menos sedentários (...), sem-lixo e sem-teto errantes (...), catadores complementares (...), andarilhos (...), pivetes (...), foras-da-lei (...), hippies (...), pedintes de natal.

Outra forma de classificação é trazida por Vieira (*apud* TIENE 2004, p. 16-17), onde a população de rua pode ser considerada em três situações em relação à permanência na rua, que foram observadas também na cidade de Campinas/SP: ficar na rua circunstancialmente, estar na rua recentemente, ser da rua permanentemente.

a) **Ficar na rua:** é uma situação circunstancial que reflete um estado de precariedade por estar desempregado/a durante um longo período; estar chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento em saúde, ou de parentes que não encontram. Nesses casos, diante da vulnerabilidade do não atendimento, e com medo de dormir na rua, as pessoas procuram passar a noite em rodoviárias, em lugares públicos de maior movimento, para não serem identificados como os/as moradores/as de rua;

b) **Estar na rua:** é uma situação dos que já não consideram a rua tão ameaçadora e passam a estabelecer relações com pessoas que vivem na rua, assumindo como estratégias de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento (guardadores de carro,

descarregadores de cargas, catadores/as de papel e de latinhas). Normalmente apresentam-se como trabalhadores/as desempregados/as, alternando a rua com algum lugar de residência que mantêm mais como referência. São pessoas que apresentam maior possibilidade de sair da rua e retomar a vida com familiares;

c) **Ser de rua:** à medida que vai aumentando o tempo na rua, a pessoa vai sofrendo um processo de debilitação física e mental, pelo uso do álcool e de drogas, passa a não se alimentar e está mais exposta a sofrer e praticar violências, nesses casos, a rua passa a ser o espaço de moradia e das relações pessoais mais permanentes.

No caso dos entrevistados, observamos que eles passam da condição de uma determinada cidadania diretamente para a condição de “estar na rua” e “ser de rua”, como veremos nas suas histórias de vida.

Outro dado levantado no trabalho foi o tempo de situação de rua em que se encontra essa população no município de Guaratuba. Os entrevistados Luis e Pedro, que se identificam como “trecheiros”, têm 32 e 37 anos de situação de rua e conheceram o mundo da rua no início da adolescência. Os demais entrevistados estão em situação de rua há mais de 2 anos e o contato com a rua aconteceu quando adultos.

Resultante de uma sequência de rompimentos de vínculos familiares e sociais que foram ocorrendo gradativamente em suas vidas e, às vezes, bruscamente, vemos nascer hoje, como afirma Bursztyn (2003, p. 39-43), “uma nova população de rua”. São excluídos socialmente e não estão inseridos nas políticas de proteção social porque não fazem parte do mercado de trabalho.

(...) os novos habitantes das ruas (...) podem ser meramente lúmpem, que sobrevivem de esmolas, da caridade pública ou de pequenos furtos, mas podem também desempenhar atividades econômicas úteis. Entretanto ainda que possuam a mesma característica de versatilidade dos *biscateiros* (...) os moradores das ruas têm uma característica peculiar: a de não serem assimilados pelo mundo oficial, não lhes sendo, portanto, franqueada a entrada nas residências dos *incluídos*. Seu mundo restringe-se às ruas e seu trabalho só se dá nas ruas. Por esta razão, talvez, suas atividades “produtivas” muitas vezes se resumem à obtenção do estritamente necessário à subsistência imediata: a comida.

Em tempos remotos, as igrejas e a comunidade local exerciam o papel de cuidar dos que viviam nas ruas depois que os vínculos com a família estivessem rompidos, garantindo que estes não rompessem também o vínculo com a comunidade. Sendo assim, quando conhecidos, podiam ser recomendados e realizar trabalhos para os “incluídos”, conquistando a confiança para entrar em suas

residências. Cabia também à comunidade assegurar que o morador de rua não se desligasse dela, evitando que este gerasse algum incômodo em outras localidades e prejudicasse a imagem da comunidade de origem. (CASTEL, 1998; BURSZTYN, 2003).

Atualmente, na sociedade brasileira é dever do Estado assegurar os direitos do cidadão e sua emancipação compete à família e ao Estado. Quando a família não consegue garanti-la, o Estado deve intervir com políticas de proteção. Mas, ainda são restritas as ações do Estado para com os adultos em idade produtiva, pois observamos que as políticas voltam-se mais ao atendimento da criança e do adolescente e, também, dos idosos. Assim, os adultos em idade produtiva que estão em situação de vulnerabilidade social e que não estão inseridos no mercado de trabalho formal acabam ficando desprotegidos, como é o caso da maioria das pessoas em situação de rua tanto do município de Guaratuba quanto dos demais municípios brasileiros.

CAPÍTULO II

RUMO À VIDA NAS RUAS

2.1 – Por que habitar e viver na e da rua?

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua identificou que

(...) os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se refere aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Ferreira (2006, p.4) listou quatro grandes grupos de fatores que:

(...) podem contribuir para a explicação do “por que” um indivíduo ou mesmo uma família acabam por se encontrar numa “situação de rua”. Seriam eles: a Violência, as Drogas, o Desemprego e os Problemas de Saúde. Muitas vezes esses fatores podem ser encontrados isoladamente, ou de forma combinada, por determinados períodos de tempo, ou permanentemente.

Esses fatores sozinhos ou combinados não são os únicos, mas os principais determinantes dessa situação. Podemos observar desastres ambientais, grandes perdas familiares, a falta da garantia de direitos (moradia adequada, por exemplo) como fatores que também podem levar uma pessoa ou família estar em situação de rua. A grande diversidade entre esse grupo é o fator que dificulta a sua definição. Por este motivo é que a história ou trajetória de vida de cada indivíduo deve ser analisada e considerada uma ferramenta para se pensar em políticas públicas que atendam as necessidades dessa população.

Os resultados não são diferentes no município de Guaratuba como veremos nos relatos dos entrevistados a seguir, quando perguntamos qual foi o principal motivo que os levou a estar em situação de rua:

João: (...) A bebida ajudou.

Luís: (...) Motivo? Sei lá, por causa das drogas também, então já viu né (...) maconha cocaína (...) já fiquei preso, peguei 12 anos, fui preso com 13 quilos de maconha, fiquei no AHU [Presídio], cumpri 6 anos, saí por bom comportamento, também.

Eduardo: A bebida! Foi a verdadeira desgraça da minha vida! (...) o único vício que eu tenho, é que eu ando bebendo porque agora eu tô na rua (...) droga nem pensá!

Pedro: (...) Minha mãe cansou de arrancar sangue do meu nariz na porrada!

Fernando: (...) Olha, é por que depois que começou as coisas piorá pra mim (...). Eu entrei no vício da droga sabe? Comecei a fumá droga, e achei que aquilo tava abafando, mas depois eu abri meus olhos! Falei: o quê! Isso não é vida não, o cara que usa droga, ele não tem crédito, aí é que eu vou ser lixo mesmo! (...) eu usava maconha. (...) eu falei (para a esposa) nunca mais você vai ver eu usá isso! Me ajuda! Eu preciso de ajuda! É agora que vocês [família] têm que me ajudar, se vocês não me ajudar, quem vai me ajudar? (...) e foi aí que eu fui acabar na rua. (...) eu fazia a minha despesa (pagava as contas de casa), dava um dinheiro pra ela [esposa] e as veis sobrava uns 50, 100 conto, aquilo ali, você não contava, eu saía e voltava só no outro dia, não sobrava um centavo. Eu falava: tava fazendo um trabalho, mas era mentira! Ou eu tava no morro fumando, ou tava pra Piçarras, ou tava pra Matinhos (...) nunca falava pra ela onde eu tava né.

Carlos: (...) eu tava aqui, parado na casa do meu pai. Daí me desnortô, porque a mulher foi embora né, me largô com 2 crianças (...) eu fiquei com os filhos pra cuidá (...). Se ela tivesse cabeça, nós tinha criado os filhos junto, ninguém tava se batendo, nem pra lá nem pra cá, mas ela não assina o desquite, eu to no cartório por causa disso aí, e é o que ta me incomodando (...) se ela souber que eu tenho alguma coisa, ela vem atrás. (...) é, eu tenho um irmão mais novo, ele usava droga, ele pegou um dia e vendeu a casa, quando eu fui pra Curitiba e voltei, não tinha mais a casa no lugar, daí pronto, acabou comigo! (...) procurei os vizinho (...) que tinha conhecimento, incomodando um pouco, mas a gente não qué incomodá, e não quer ser incomodado, então deixa pra lá né.

Rafael: A história foi assim: Eu (...) dentro da empresa lá (...) da Pluma, isso aqui era mocado! (a garrafa de pinga), eu só não bebia tanto assim né. (...) ela bagunçou demais na minha cabeça (refere-se à esposa). (...) aí aqui ela começou (...) ah! Não sei o quê (...) aí eu peguei o acerto [herança], minha mãe faleceu, coitadinha! (...) aí eu tava trabalhando com pintura. (...) peguei o dinheiro e investi na casa, comprei (...) tinta, pinte, mandei colocar cerâmica, no chão, comprei cama, mandei reforma o banheiro. Sabe o que é você fazer tudo aquilo? (...) troquei o vidro da frente (...) tudo novo! (...) ela trabalhava, mas o dinheiro que ela pegava não vinha pra mim (...) agora o que vinha pra mim tinha que ir pra ela (...) eu acho que não é assim.

O motivo, conforme revelam os relatos, que levou João, Eduardo e Rafael a situação de rua foi o alcoolismo, que aparece em primeiro lugar entre os entrevistados, seguido pelo uso de drogas, como maconha e cocaína, utilizados por Luís e Fernando. Pedro sofreu violência doméstica praticada pelos próprios pais e Carlos, o rompimento de vínculos familiares afetivos como o abandono do lar e dos filhos pela esposa.

Como afirmado anteriormente, devemos considerar que qualquer motivo identificado pelos entrevistados pode ser decorrente de uma sequência de outros fatores que os levaram a fazer o uso de drogas, sofrer rompimentos dos vínculos

familiares e passar por situações de violência familiar. Ferreira (2006, p.5) analisa que:

Em muitos casos, os problemas estão combinados, sendo difícil definir claramente uma relação direta de causalidade entre os vários aspectos que, em última análise, acabam por determinar a ida dos indivíduos para as ruas. Neste sentido não se deve perder a visão de processo que pode ser percebida na própria história de vida de cada uma destas pessoas.

Paugam (*apud* VARANDA e ADORNO, 2004, p. 63) nomeia esse processo de “desclassificação social”, em que:

(...) identifica a desestabilização das relações com o outro, a situação de fragilidade (diminuição de renda e degradação das condições de vida), e finalmente a ruptura dos vínculos sociais, quando as pessoas “saem das malhas da proteção social e deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização”.

No Brasil, o processo de “ida para a rua” aparece bastante relacionado com o início do período da era industrial onde a expropriação dos meios de produção levou os produtores rurais a migrarem para as cidades em busca de trabalho, formando um enorme exército industrial de reserva, “desqualificados” para o mercado de trabalho. Esse processo fez com que muitas dessas pessoas e até mesmo famílias buscassem a rua para sobreviver. (SILVA, 2009; BURSZTYN, 2003).

O desemprego não aparece como motivo principal para a situação de rua entre os entrevistados. A maioria tinha profissão e a sucessão de rompimentos em suas trajetórias fez com que alguns perdessem o emprego e buscassem a rua como alternativa de sobrevivência, uma forma de “ser livre”, conforme relatado pelos entrevistados, sem cobranças e sem as regras que a sociedade capitalista impõe ao trabalhador formal.

Observamos nos relatos de Fernando e Carlos um tom de mágoa e uma sensação de abandono por parte de suas famílias. Há que se considerar que para muitas famílias é difícil enfrentar a “batalha” contra as drogas ou álcool por exemplo. Portanto, se torna mais fácil “livrar-se” do problema ou desistir dele, do que enfrentá-lo. Essa situação é compreensível em nossa sociedade, pois as políticas sociais existentes deveriam assegurar a universalidade de acesso a tratamentos, por exemplo, o que não tem acontecido.

A rua como última saída para a solução dos seus problemas mostra a fragilidade da nossa sociedade em dar apoio às famílias com políticas públicas

adequadas para que esse rompimento não aconteça. Constatamos que não há, ou ainda são precárias, redes de proteção suficientes para atender as demandas de pessoas que necessitam ter seus direitos garantidos e preservados, o que faz com que as famílias “sozinhas” percam seus familiares para a rua.

2.2 – Quando a rua se torna uma “saída”?

Quando perguntamos como eram suas vidas antes de se tornarem “moradores de rua”, não raro remetem às relações familiares e destacam que os rompimentos aconteceram, na maioria dos casos, depois do casamento, como observamos nos relatos das trajetórias de vida:

João: Nós vivia bem, morava no sítio. (...) Eu tinha 16 anos, nós casamo fugido, aquela época as pessoa fugia pra casar escondido, cada um pegou seu documento e fugimo. Ela tava grávida! (...) nós fomo morar em São José dos Pinhais, eu era metalúrgico lá, eu fazia orelhão. (...) Ela me traiu com outro cara. Aí eu larguei ela e vim pra Guaratuba. (...) Eu matei o cara e fui preso, mas a minha irmã me tirou da cadeia. (...) Aqui eu tinha outra muié! Mas ela usava droga [conta desanimado] aí não deu certo. (...) Eu era pescador, nessas canoa aí ó.

Luís: Sou o único filho homem e tenho 3 irmãs. Se você quer saber (...) meu pai era rico! Eu tinha de tudo, do bom e do melhor. Um dia me deu a louca e eu disse: tô indo embora. (...) a gente vivia bem (...) não tinha do que reclamar. Mas eu não sinto falta, eu vejo as pessoas unidas, que gostam de tá com a família, mas a minha não era assim, mas a gente vivia bem. [segundo rompimento]: (...) na rua eu casei, construí uma família, todo morador de rua já construiu alguma coisa (...) eu vivia bem com a minha mulher e meu filho, um dia eu olhei pra cara dela, olhei pra criança e larguei tudo, saí com a roupa do corpo. Deixei tudo pra eles, casa, carro, mercearia; ela mora em Curitiba. (...) Deixei eles bem (...) não me preocupo. E se depender de mim, eles não vão mais me ver.

Eduardo: Eu fui garçom por 30 anos em Curitiba (...). Tenho 50 anos (...) 30 anos de garçom em Curitiba, 30 anos, não é 30 dias. (...) fui casado (...) só que (...) eu saía da onde eu trabalhava e passava em outro lugar antes, então o errado fui eu! (...) ela era uma excelente esposa, bonita, linda (...) aí um dia ela sentiu o cheiro do perfume (...) da outra (...) aí ela falou assim: sai daqui da minha cama que na minha cama você não vai deitar! (...) Tá bom então! Fazer o quê? Você fica aí com casa tudo arrumada aí, fica aí, até churrasqueira eu tinha feito tudo! Tudo! (...) então eu posso dizer que escolhi a liberdade! Escolhi a liberdade!

Pedro: (...) a minha vida antes (...) a minha família era o seguinte: o meu pai era tipo assim, ele nasceu na ditadura. A ditadura era fatal! (...) eu vô fazê 50, no tempo da ditadura eu vi pai pisá no pescoço do filho, com o pé

calçado de bota! Então, os pai era valente, uhm! pegava com a espingarda, revolve, atirava nos filho assim ó!!! Tudo isso eu vi! (...) meu pai, meu próprio pai. (...) Eu nasci no Paraná (...) mas rolei até o Mato Grosso e fui até Rondônia. (...) Meu pai e minha mãe pra mim não servia, inclusive, eu vô falá a verdade: meu pai e minha mãe pra mim não servia pra mim vivê junto. (...) não faltava nada, mas eles queria me pressioná! Minha mãe cansou de arrancar sangue do meu nariz na porrada! Meu pai não me batia não! Meu pai o negócio dele era no tiro! Tam!!! Tam!!! Tam!!! (...) Um dia eu vi uma reportagem na televisão dizendo: os culpados dos filhos que tão preso são os pais (...) pela minha passagem [história] é real.

Fernando: (...) Já vai pra 16 anos que eu to em Guaratuba, é virei guaratubano, eu sou alegre, eu gosto da cidade sabe, o pessoal é bacana sabe (...). Eu cheguei aqui nessa cidade, eu vim de São Paulo, vim eu, a minha esposa e meus filhos, viemos com a proposta de trabalhar no Café Curaçao, como caseiro NE. Inclusive eu trabalhei no fundamento daquilo ali até a estrutura de funcionamento, mas ele não explicou pra mim que quando passasse a temporada, aquilo era tipo vento sabe. Acabou a temporada, fechou, mandou eu embora, e agora? O quê que eu faço com a minha família? (...) a minha sorte é que eu tinha um dinheiro, eu fui guardando (...) eu comprei esse terreno, aí na Vila Esperança. Nesse lugar montei a minha casinha né, eu montei um ferro velho, eu comecei a comprar latinha, plástico (...) e fui me levantando dessa forma. Até que um cidadão daqui do Mangue Seco, que tem outro ferro velho do lado de lá [Matinhos] (...) O cara passou a perna em mim, o cheque era totalmente fraudulado. (...) E eu fiquei lesado nisso (...) e dali pra cá a minha vida começou a voltar pra trás. (...) aí começou a falta as coisas dentro de casa (...) começou a cair, cair. (...) aí com o dinheiro que sobrou eu comprei uma carroça e comecei a catar reciclagem e comecei a dar uma melhoradinha né, (...) e ela começou a trabalhar nesses produtos do Avon. (...) Aí um dia a minha sobrinha morreu em Curitiba e nós fomos tudo no funeral dela né (...) fiquemo lá 3 dias, aí quando eu voltei, nem carroça, nem cavalo, a minha casa tudo arreventada, levaram tudo!!! Aí eu peguei né, a minha esposa foi morar na casa da minha cunhada até normaliza tudo de novo, e eu fui trabalhar em Curitiba. (...) Nós sempre ia pra igreja, aquela Igreja da congregação ali (...) e os meus filho, tudo criado ali dentro da igreja, graças a Deus (...) instruído na palavra de Deus (...) falava salmo (...) isso pra mim era uma honra ver eles sendo instruído pela palavra de Deus. (...) Aí eles foram crescendo e a minha esposa conheceu outro homem (...), abandonou eu lá na casinha e foi morar com esse rapaz (...). Meus filhos ficaram com ela, mas eu continuei vendo eles né, aí eu comecei vim todo fim de semana pra cá (...) e morando ali. (...) aí quando foi um dia eu cheguei aqui e ela tinha vendido a casa, e eu falei e agora! Aonde eu vô ficá eu falei pra ela (...). Passou o tempo, ela vendeu o terreno e eu fiquei nessa situação aí (...) andava por aí procurando serviço, não conseguia (...) o serviço que eu tava trabalhando lá em Curitiba acabou também, era um prédio né, terminou (...) e eu fiquei nessa situação, comecei a dormi nos banco das praia aí (...). Se eu tivesse um trabalho (...) eu não taria catando como você tá vendo aí (...). A hora que eu mais precisei da minha família foi a hora que eles me pegaram e jogaram dentro de um latão de lixo e tamparam. Eu analisei assim. (...) tá escrito na bíblia: muitos serão chamados e poucos serão

escolhidos (...) de que adianta você tá na igreja e sair dali e praticar atos que o Senhor condena. [ele fala das pessoas da igreja que o abandonaram].

Carlos: A minha vida (...) é, a minha profissão é pedreiro (...) pedreiro, jardineiro, pintor (...) que mais? (...) só não sei roubá e matá! O resto eu sei fazê. (...) eu sou criado em internato, Colégio Abranches, depois fui guarda mirim em Curitiba, saí de lá como segundo sargento né. Eu não podia ajudá a minha mãe, a minha mãe faleceu (...) e eu fiquei sozinho, meu irmão já tinha casado, o mais velho (...) fazer o quê! Eu tive que me virar por si! (...) eu fui pra Mobral (...) até a quinta série né (...) tentei mais um pouco, mas como era muito cansativo pra mim trabalhá de dia e estudá à noite (...) não é fácil trabalhá de pedreiro e estudá à noite! (...) eu sou casado [está separado, mas é casado no civil e não quer fazer o divórcio por causa do terreno que possui], tenho 4 filhos, eles se mandaram pro lado da mãe né (...) ela veio junto, aí ela abandonou as crianças tudo aí e se mandou embora, aí eu fiquei na pior (...) o meu mais velho ta com 37 (...), tem outro menino que ta com 28, mora no Carvoeiro, tem a minha filha que ta com 33, eu só tenho uma menina. (...) só um mora aqui, tem o do meio que vai fazê 29. (...) eu trabalhava aquele tempo pro Solimar, o Inácio do mercado, depois nós fizemos o shopping ali, eu sempre trabalhei de pedreiro né, era o que dava mais.

Rafael: Eu vivia simples, mas vivia bem, antes do meu filho comparecer [nascer] vivia muito bem. Eu fui casado há muito tempo, vivia muito bem antes dele nascê (...) já de um tempo pra cá (...) eu já fui do exército (...) eu tenho 34, se já faz 12 (...) eu não sei agora (...) as conta desapareceu da minha cabeça (...). Mas quando eu era casado servi o exército (...) foi tudo uma data na minha vida assim (...) bastante boa (...) hoje em dia eu já não acho que eu tenho 34, se bem que posso dizer que tenho 34, que eu nasci em 77 (...). Mas durante a minha juventude eu fiz bastante pecado, bastante! (...) eu vivia com a minha mãe e com meus irmão, estudei desde pequeno (...) fiquei dentro de casa (...) vivia sozinho (...) na época ainda que ela (mãe) trabalhava dentro da escola (...) daí o que acontecia (...) até esse período ela ia pro colégio e eu ficava sozinho (...) e depois eu ia pra escola. (...) Sou de Curitiba, quem é de Guaratuba aqui é o meu filho, lá em Curitiba eu fiz 2º grau e fiz meu filho (...) e meu filho nasceu aqui (...). E meu pai e minha mãe são de lá. (...) ele (filho) nasceu no verão (...) 31 de janeiro, ele nasceu aqui na Santa Casa (...) aí peguemo as coisa e fomo pra cima (Curitiba) de novo. (...) eu trabalhava, mas não trabalhava com coisa fixa (...) eu trabalhei na Pluma em Curitiba, lavador de ônibus, depois eu passei a ser chefe dos lavador de ônibus. (...) quando eu era casado (...) eu passei o ano novo sozinho essa época (...) aí eu resolvi acabar tudo (...) ela nem me ligou (...) e ó o que deu: deu carrinho de papel, deu corte aqui, deu corte ali, deu corte aqui. [ele se refere que depois que ele se separou ele resolveu ir morar na rua aconteceu tudo isso com ele].

Concordando com Frangella (2004, p. 25) “ouvir essas histórias se torna praticamente uma condição inicial para estabelecer um diálogo com esse segmento”. Além disso, destaca-se que essas narrativas “anunciam um processo

inicial de uma experiência particular que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a do se tornar um morador de rua”.

Ouvindo as histórias de vida dessas pessoas em situação de rua, observamos que as narrativas trazem uma sequência de acontecimentos que ainda estão presentes em suas lembranças, mas que se apresentam de forma fragmentada na maioria das vezes (FRANGELLA, 2004).

Escorel (*apud* FRANGELLA, 2004, p. 26) relaciona a história de vida como uma “história de perdas”, que cronologicamente se estrutura de uma forma similar, partindo de um acontecimento marcante para acabar na subtração de vínculos anteriores, sejam eles econômicos, familiares, afetivos, religiosos, entre outros.

(...) uma história sucinta de suas vidas quase sempre estruturada da mesma maneira: perda do trabalho, divórcio, perda da moradia, o álcool, a rua. A história começava sempre pelo grande acontecimento, o dia em que tudo desmoronou e o elemento comum era a perda, o abandono, o homem ‘sem’.

Nas entrevistas realizadas, em certa medida há um “acontecimento” que é enfatizado e percebemos que relacionam este momento como o motivo pelo qual estão nessa situação, por vezes, ocultando ou deixando de relacionar a sucessão de acontecimentos anteriores que podem ter contribuído para esse rompimento. É como se “naquele dia” a sua vida familiar e social se desfez num repente e por um único motivo.

Nas suas falas também podemos destacar momentos e sentimentos de revolta, como no caso de João ao falar sobre a traição da esposa e a desilusão no segundo relacionamento ao dizer que a companheira usava drogas. Este homem expressava, em seus momentos de embriaguês, carência afetiva e, por várias vezes, enfatizou que, se tivesse uma mulher, voltaria a pescar e mudaria de vida. Sobre a relação com os demais familiares, afirmou que o convívio sempre foi bom.

O depoimento de Luís aponta certa ausência de união na família, motivo pelo qual não sente falta dessa forma de convivência, bem como desapego familiar. Mesmo tendo construído outra família após a ida para a rua, reproduziu este mesmo comportamento de quando era adolescente ao abandonar a família sem motivo aparente, embora tenha deixado claro que o envolvimento com as drogas o levou a conhecer a rua precocemente em seu primeiro rompimento.

Pedro expressa o sofrimento vivenciado em casa devido a várias situações de violência praticadas pelos próprios pais e relaciona sua vida com uma reportagem vista na televisão, que enfatizava que “os *culpados dos filhos estarem presos são os próprios pais*”. Em sua fala evidencia que a convivência com os pais era impossível, pois a repressão geralmente vinha seguida de alguma forma de violência física. A rua constituiu uma alternativa de enfrentar a violência doméstica.

Conforme depoimento de Fernando, o seu relacionamento com a família foi bastante pacífico até o momento em que a sua vida econômica começou a desmoronar e passou a utilizar drogas, o que fez com que os familiares, menos os filhos, se distanciassem cada vez mais dele. O abandono familiar é evidenciado quando afirma ter se sentido “jogado em um latão de lixo”.

Para Carlos, no decorrer da entrevista, percebemos que é difícil falar de convivência familiar, pois foi criado em colégio interno e perdeu a mãe logo que retornou para casa, tendo que “se virar por si” como ele disse. Separado da esposa e longe dos filhos, demonstra revolta ao dizer que os filhos ficaram do lado da mãe e que sua vida desmoronou quando a esposa abandonou a família.

De acordo com Rafael, tinha uma vida simples, um bom convívio familiar e pode estudar até o segundo grau (ensino médio), todavia, seu relato era, por vezes, de difícil compreensão devido ao consumo diário de “pinga” [cachaça] e, no momento da entrevista, ainda que estivesse embriagado, insistiu para que fosse realizada. Afirmou que sua vida começou a piorar depois que seu filho nasceu, pois até então vivia bem.

As narrativas trazem à tona questões referentes ao trabalho, à família, a problemas como o alcoolismo e a drogadição, às desilusões amorosas e com a vida em sociedade. São histórias de vida que apresentam uma “sequência” de rupturas até a chegada à situação de rua. No caso dos entrevistados, podemos dizer, partindo de reflexões realizadas por Frangella (2004), que a chegada à rua foi brusca, uma vez que não relataram ter experimentado “viver na rua” em momentos anteriores.

2.3 – Pertencimentos e relações familiares na situação de “morador de rua”

Quando perguntamos aos entrevistados sobre a relação com a família depois da chegada à rua, a maioria diz que não quer incomodá-la, sabem onde está a família, mas preferem a “liberdade”, ou seja: uma vida sem as regras que a sociedade impõe e sem as cobranças dos familiares a respeito da bebida ou drogas no caso da maioria dos entrevistados. Todavia, enfatizam a saudade dos filhos, embora também seja perceptível, em alguns depoimentos e expressões corporais, a demonstração de vergonha de serem encontrados pelos familiares, decorrente de alguns aspectos na aparência física (vestimenta e higiene pessoal, por exemplo).

João: (...) a minha filha veio aqui me buscá, mais eu não fui, num quero incomodá. [Ele não mantém contato com a família, mas sabe onde todos moram].

Luís: (...) se eu quiser ver a minha família, eu vou, eu sei onde eles moram, mas eu não quero incomodar; eles não podem me procurar porque eles não sabem onde eu tô. (...) Eu tenho um filho, o (...); tenho muita saudade do meu neguinho, é lindo ele [demonstra emoção]. Já faz 4 anos que eu não vejo ele, mas ele tá bem, deixa ele lá, ele não vai mais me ver.

Eduardo: Eu fui criado com leite de cabra! Por isso que eu tenho uma filha, eu tenho uma filha mesmo, minha filha é o amor da minha vida! (...) eu tenho saudade da minha filha, porque a minha filha, do jeito que eu chegar lá, assim, (...) ela tem salão de beleza em Curitiba. Eu não quero atrapalhar a clientela dela! (...) Eu posso chegar lá do jeito que for, só que eu não quero! Sabe por que eu não quero? As cliente dela vão falar assim: (...) esse que é teu pai (...)?! Então eu não vô! Vivo na rua, mas eu não vô! (...) Se eu chegar lá agora do jeito que eu to aqui ó, a minha filha fecha o salão e vai fazer um almoço pra mim, só que eu não vô, por que eu não quero atrapalhá ela, foi só uma idéia. (...) Eles nem sabe que eu tô vivo! Se você quer saber!

Pedro: tenho [contato], esses dia eu liguei pra ela lá pra trocá umas idéia, eu liguei e quem atendeu foi uma sobrinha: pô a vó ta aqui ó! Nervosa, apavorada, desesperada, por causa de você! Eu falei: tô aqui, então, aí ela veio trocá umas idéia comigo. Ela falô: onde você tá? Eu falei: tô aqui em Guaratuba; faz uns 60 dias só, então beleza. Ela falô então beleza.

Fernando: (...) Olha, meus filhos, graças a Deus eles tão bem sabe, um tá no quartel, tá servindo o exército; meus filho pra mim são uma alegria, são tudo pra mim, tenho 4 rapaz e uma guria, minha princesa tá com 12 anos. (...) Meus filho sempre vem ali: “pai, como é que tá aí véio? Eu tô bem graças a Deus, eu não tenho o quê falar deles, são amoroso, são bem educado, não são pessoas de rua, não tem vício nenhum. (...) sempre que eu posso, eu vô lá ver eles também.

Carlos: [O senhor matem contato com a sua família?] Não, nem quero, nem preciso também! (...) Graças a Deus eu tenho meus braços pra mim sobreviver, né? Isso sem roubar e sem matar, graças a Deus. [Eles não vem atrás do senhor?] Não vem e nem quero! ta muito bom assim... [silencia porque não gosta de falar na família].

Rafael: (...) fui ver o meu filho, meu filho: ô pai! na época ainda me deu um abraço (...) tô morrendo de saudade do senhor, o senhor não sabe o quanto! (...) mas veja bem (...) uma época eu peguei licença do exército, eu tinha um salário pra receber, R\$526 reais, eu falei beleza! Mas como que eu vou receber esse negócio? (...) vou lá na assistência social, ela [assistente social] me ajudou (...). Comprei um presente pra ele, não pra mim nem pra ela [ex-mulher], era uma bicicletinha dessas pequena, que ele era menorzinho, paguei 150 conto, peguei com caixa e tudo (...), peguei o ônibus, levei a bicicleta, andei umas 3, 4 quadras, mas tava pesado, cheguei na casa do piá, eu falei: cadê o (...)? Eu quero entregar o presente pra ele, na mão dele! E o abraço é pra ele! Ele falou: ô pai! Achei que cê num vinha! Eu falei: mas o pai veio! Mas o quê que é isso? Abra que tu vai ver (...) na época ele tinha uns 10 anos (...). Já faz tempo que eu não vejo ele! Ah! Eu tive que montar o negócio, [sorrisos], montei a bicicleta, falei toma! Ande! E ande com esse negócio! Ele ficou bem louco...era coisa do outro mundo.

Observa-se que, entre a maioria dos entrevistados, as lembranças e a afeição em relação aos filhos são constitutivas do cotidiano nas ruas. Mesmo que todos afirmem não querer incomodá-los, alguns expressam o desejo de reencontrá-los, como Eduardo, ao manifestar o desejo de visitar a filha – amor incondicional em sua vida que o sofrimento da rua não apagou – ainda que ela desconheça seu “paradeiro”. Fernando, por sua vez, mantém constante contato com os filhos, que o procuram, bem como vai visitá-los sempre que pode – mostra-se orgulhoso de sua prole e de como esta vive.

Para Rafael, o filho é muito importante, mas a dura vida na rua já o fez esquecer quando esteve com esse pela última vez. Também disse que tem uma boa relação com os irmãos e deveria ter ficado com eles quando, após ter ficado doente, pediram-lhe para que voltasse para casa e se tratasse. Todavia, ele não quis e hoje se arrepende, mas não consegue tomar a iniciativa de procurá-los para voltar ao convívio familiar.

Ao falar dos filhos, observamos que as mágoas desaparecem e a emoção surge nos olhos dos entrevistados. Manter o contato com os filhos, para alguns, é uma esperança de poder mudar de vida. Estes afirmaram a certeza de que seriam recebidos de braços abertos pelos filhos, se decidissem “voltar para casa”. Na visão

dessas pessoas, o grande obstáculo que os impede de procurar a família é a condição de miséria em que se encontram.

Embora Pedro mantenha contato com a mãe por telefone, não sente falta da vivência familiar cotidiana, pois são 35 anos vivendo na rua. Segundo seu depoimento, como vive no “trecho” e sem documentos é muito difícil que os familiares consigam localizá-lo sem que ele os procure.

Castel (*apud* ESCOREL, 2003, p.142) afirma que “a fragilização e a precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzem o indivíduo ao isolamento e à solidão”. Isso pode fazer com que o indivíduo busque a rua como refúgio para aliviar suas angústias e uma forma de esquecer o passado, como se seus problemas todos fossem deixados para trás quando “rumam” para viver nas ruas. Mas, ao procurar a rua como refúgio, a pessoa em situação de rua se depara com o isolamento e a solidão, agora aliados ao frio, fome, sofrimento, dores, violência, falta de condições mínimas de sobrevivência. Ou seja, situação de fragilização que pode gerar outras piores ainda. Há situações em que há a necessidade de fortalecimento das relações familiares, de vizinhança, entre outras, para que esse processo não se inicie e que, se iniciado, seja acompanhado para que se mantenha inserido na sociedade como cidadão e sujeito de direitos.

Observamos diariamente situações consideradas degradantes ao ser humano em situação de rua, mas também, outras, as quais não são visíveis aos olhares de integrantes da sociedade em geral. Em geral, prevalece a tendência à generalização de que viver na rua não é vida e nada nesta é boa, de que vivem totalmente sozinhos e isolados. Entretanto, as pessoas em situação de rua constroem novas relações de amizade com outras pessoas, na mesma situação ou não, podendo inclusive ocorrer a formação de uma nova família.

Para Silva (2009, p.162) as relações familiares anteriores à condição de rua “certamente influenciam as relações que as pessoas em situação de rua estabelecem com a família nessa condição” e que

(...) na maioria dos casos, os laços familiares não são restabelecidos; entretanto é possível que uma nova família seja construída a partir das relações desenvolvidas com outras pessoas que também se encontram em situação de rua, embora não seja um processo muito freqüente.

No caso das mulheres em situação de rua, estabelecer um relacionamento afetivo com um parceiro é uma forma de estar protegida dos perigos da rua. Durante a realização da pesquisa tivemos contato com uma mulher que está em situação de rua e vive em companhia de um parceiro. Ela afirmou que é muito difícil para uma mulher viver na rua sozinha, pois a condição de gênero implica maior vulnerabilidade e situações de risco.

O tempo de permanência na rua também influencia o distanciamento com os familiares. Silva (2009, p. 162) explica que

(...) quanto maior é o tempo de permanência nas ruas, mais frágeis se tornam os laços familiares e afetivos das pessoas em situação de rua com as demais pessoas do universo familiar, com as quais se relacionavam antes dessa condição social, embora muitas manifestem o desejo de retomar estes laços familiares e afetivos.

Este desejo foi manifestado por quatro entrevistados, que alegaram aguardar “o momento certo” para procurar a família, pois, nas condições em que se encontram a vergonha é um dos obstáculos para realização desse desejo.

CAPÍTULO III

VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 – Trajetórias vividas: percursos entre possibilidades e dificuldades

Buscamos dialogar com os entrevistados sobre como se estabelece a sua relação com a rua no sentido de apreender as estratégias criadas e desenvolvidas, a fim também de conhecer suas necessidades de acordo com a realidade vivida pelas pessoas em situação de rua no município de Guaratuba.

Abaixo estão os relatos sobre as principais dificuldades e as formas de enfrentá-las na luta pela sobrevivência. As descrições e análises foram divididas de acordo com questões norteadoras e trazidas à tona nos relatos das histórias de vida.

Quando perguntamos sobre quais as principais dificuldades, obtivemos as seguintes afirmações:

João: (...) a gente ganha comida. (...) se não ganha, a gente pede.

Luís: (...) A fome e o frio. Por isso que não dá pra ficar em Curitiba no inverno, é muito frio. (...) nem jantei ontem. (...) não dá fome, eles ganha comida aí, eu às vezes como 2, 3 colher e não dá mais fome, o estômago fica pequeno por causa da pinga. (...) os nativos, pra eles a vida é mais fácil, as pessoas conhecem então sempre ajudam, dão comida, roupa (...) pra nós do trecho é mais difícil a vida.

Eduardo: [se nega a falar da sua experiência na rua].

Pedro: (...) a maior parte das pessoas que vive na rua é porque não tem estudo, não tem trabalho, incentivo. Aí, eles sai catando latinha, uma reciclage pra vendê, pra ganhá um dinheirinho, pra comprá teu cigarro, comprá tua pinga. (...) eu fui preso uma vez com maconha,(...) eu peguei dois ano e meio de cadeia.(...) a maior dificuldade é o seguinte ó: quando chove e não tem lugar pra escondê [sorri] a gente se molha né, esse é o maior problema, o resto já era. (...) comida pra gente não falta, nosso país é rico, (...) no Brasil não falta pão, nem água.

Fernando: (...) eu tô nessa situação, às vezes não tem o que comê, às vezes eu acho até coisa no lixo, eu como. Eu vou falar a verdade: não vou saí pedindo num lugar, as pessoas vê você, um cara forte, pedindo né, por que ele não vai trabalhá? É a resposta que eu tomo. (...) então, as veis, você acha coisa bem amarradinha, bem limpo né, que dá pra você aproveitá, eu pego, levo e faço e como. Que eu não vou saí pedi pros outro, que vão me criticá mais ainda, (...) e eu tento me alimentá direito. (...) Eu tô assim sabe? Sem destino, (...) se eu vou, se eu fico, se eu fico ou se eu vou. (...) tem dia que eu almoço, tem dia que eu não almoço, (...) tem dia

que eu durmo bem, tem dia que não durmo. Hoje mesmo, eu tô enfermo, eu tô doente, mas eu não vô saí pedir dinheiro pra compra remédio. (...) eu ganhei um acolchoado onde eu deito e eu tenho um lençol só. (...) Ó eu to com fome já, mas eu tenho que reciclá [separar] todo o lixo primeiro, vende, lava bem minhas mãos, escova bem, depois passa um álcool né, que cê mexe com essa lixaiada aí, cê não sabe a bactéria que tá ali.

Carlos: (...) é uma vida meio, (...) que é triste é, falá a verdade! Não é fácil não! Tem que ter peito pra agüentar! Porque dia de chuva você não tem onde se escondê, (...) às vezes, conforme o lugar que você chega, você é chutado. Isso quando a polícia não vem juntá a gente! É você pensá que você tem que comê, pensá onde tem que dormi. Dormi? Dormi você não dorme! Quem que dorme na rua? (...) Você fica com um olho aberto e o outro fechado, (...) as veis cê tá sossegado num lugar, chega esses policia aí, esses amarelo, pra podê pegá e pregá o cacete em você.

Rafael: Se eu tô sofrendo! Ninguém tá! Eles não passam por isso, eles não sabem o quê é, (...), Ela [ex-mulher] vai descobrir o que é, (...) que ela não largue nem um cara rastejando no chão, (...) minha mãe não largou, minha irmã não largou. [se refere à forma como sua esposa o abandonou].

As maiores dificuldades citadas pelos entrevistados são a fome, o frio, a chuva, mas também o medo, a violência, o preconceito. Para enfrentá-las essas pessoas acabam desenvolvendo estratégias de sobrevivência. No caso de Luís, por exemplo, que no período de inverno não fica nas cidades de clima frio como Curitiba. Ou no uso da bebida que serve para enganar a fome e também esquentar o corpo.

3.1.1 – A fome e as formas de saciá-la

A maioria dos entrevistados cata materiais recicláveis para sobreviver. No caso do senhor Fernando, ele não pede comida por sentir vergonha da situação em que se encontra e também devido às demonstrações de preconceito sofridas. Conforme afirmou, por ser um “homem forte” fisicamente considera que dificilmente as pessoas serão solidárias, então ele se “vira como pode”. Frangella (2004, p. 28) denomina de mecanismos de “viração” a forma de sobrevivência desenvolvida pelas pessoas em situação de rua e explica que:

Os mecanismos de sobrevivência são apreendidos gradualmente, adaptando-se às teias de solidariedade e de conflito, aos recursos institucionais, vencendo o trauma de passar a noite ao relento, enfim, acostumando-se com as regras desse universo. Nesta circulação, os

mecanismos de “viração”¹ passam a ser, sucessivamente, uma forma de sobrevivência e de construção de uma outra territorialidade: conseqüentemente, de uma nova localização geográfica e identitária na cidade.

Pedir comida é um ato que para muitos em situação de rua é uma vergonha, então a bebida acaba servindo para encorajá-los a pedir: de “cara limpa”, como eles dizem, “não dá”. No caso de João, que vive na rua há anos e está frequentemente embriagado, não vê dificuldades em conseguir comida, pois mora a mais de 30 anos em Guaratuba e conhece vários moradores da cidade, então sempre ganha alimento, do contrário, ele pede. Já Luís afirma ter mais dificuldade de ganhar comida, porque não é conhecido na cidade como outras pessoas em situação de rua identificadas como “nativas”. Esta situação remete-nos a reflexões realizadas por Castel (1998) sobre a “proteção próxima” na Idade Média, cujas práticas de assistência aos denominados “indigentes” tinham como um dos critérios o “pertencimento comunitário”.

A alimentação não é uma “rotina” cotidiana para todos os entrevistados, ao contrário da bebida alcoólica, que, para alguns, durante a entrevista, o consumo de “pinga” (cachaça) constituiu este processo, enquanto os alimentos permaneciam guardados nas sacolas. Os relatos evidenciam que existe muita solidariedade entre eles, pois tudo o que ganham de alimentos é dividido com os companheiros de rua. Nas falas de Pedro, percebemos sua experiência e sabedoria, apreendidos com a sua vida no trecho, em dizer que “*nosso país é muito rico*” e que “*pão e água*” nunca vão faltar.

Ao mesmo tempo, vale destacar que se alimentar adequadamente é uma preocupação diária de Fernando, que não usa drogas e não consome bebidas alcoólicas. Podemos observar em seus relatos também que ele sente medo de adoecer e não ter como se cuidar.

A alimentação é um direito social garantido em lei, inscrito no Art. 6º da Constituição Federal/1988 e também assegurado pela Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que dispõe em seu Art. 4º: A segurança alimentar e nutricional abrange: III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de

¹ Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. (FRANGELLA, 2004, p. 26).

vulnerabilidade social. Todavia, não identificamos nenhuma política, programa ou projeto na área da segurança alimentar e nutricional direcionado às pessoas em situação de rua no município de Guaratuba.

A questão do acesso a alimentação, em que pesem as estratégias adotadas pelas pessoas entrevistadas e não as desmerecendo, leva-nos a refletir sobre determinados discursos e práticas sociais. Mattos e Ferreira (2004, p.51) problematizam a ideia de “pessoas em situação de rua como coitadinha”, recorrente em alguns discursos religiosos, os quais creditam, a essas pessoas, a situação vivida como uma paga pelos “pecados” cometidos em suas vidas, passada ou presente. Decorrente desta concepção, “a situação de rua passa a ser vista como uma condição de ‘regeneração da alma’” e, por conseguinte, são “dignas de piedade”.

Ao considerarmos tais reflexões e diante de ações individuais e sociais, as quais ainda constituem a vida em sociedade, torna-se pertinente trazer à tona aspectos da análise de Castel (1998) sobre determinadas práticas relativas ao que denomina “gestão da pobreza”, ainda que se refiram a outro contexto e temporalidade. Conforme este autor, desde a antiguidade os ditos “vagabundos” sempre foram alvos da caridade cristã e por muito tempo serviram para os ricos praticarem sua virtude cristã e com isso obterem a salvação, pois, conforme um determinado pensamento: “Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados.” (CASTEL, 1998, p. 64).

Essa “cultura da dádiva” continua sendo praticada. Várias pessoas se organizam para arrecadar doações (roupas e alimentos) e distribuir para essas pessoas, assim como existem grupos que fazem sopas para distribuir nas noites frias. Entretanto, nota-se, de acordo com Magni (2006, p.51), que “nossa herança ideológica ensinou que a dádiva é algo que se precisa *merecer*”, ou seja, há critérios de diferenciação “entre o pobre ‘merecedor’ e o pobre ‘vagabundo’, como não poderia deixar de ser, é o trabalho, que a história social ocidental elegeu como base moral da ordem e do progresso da sociedade”.

Durante a realização da pesquisa de campo, por exemplo, ouvimos pessoalmente esse discurso, em tom de indignação e carregado de violência

simbólica, por alguns moradores da cidade quando explicitavam: “*você está louca de conversar com esses vagabundos, eles precisam de um trabalho isto sim!*”.

Tão complexa é a vida na rua que algumas pessoas não “conseguem se ver” e se reconhecer nessa situação de rua, como no caso de Eduardo, que se negava a falar sobre determinados aspectos. Para ele, basta tomar um banho e mudar o seu traje que sua vida mudaria – embora embriagado, afirma que a hora que ele quiser, pára de beber e volta a trabalhar. A sua relação com a profissão é bastante forte, apesar de viver há 4 anos em situação de rua, repetia várias vezes que é garçom e que vive com a herança que a profissão deixou: a inteligência, essa é a sua estratégia de sobrevivência.

3.1.2 – Sentir-se com saúde e enfrentar as doenças

Outras estratégias de sobrevivência são observadas nos relatos abaixo sobre a saúde, onde obtivemos os relatos de 5 dos 7 entrevistados:

Luís: mas é difícil algum de nós ficá doente, nós tem muita resistência, nós passa frio, fome, e o que deixa o morador de rua vivo é a pinga. (...) Nós fica 2, 3 até 4 dias sem comê, não dá fome, (...) pinga é igual formol, conserva nós vivo!

Eduardo: (...) eu tenho uma saúde fora de sério!!! Eu tô assim porque eu tô na rua, [respira fundo e pensa]. (...) Eu vou dizer pra você que eu nunca tive um problema de saúde, eu fui criado na roça!

Pedro: (...) pra falar a verdade eu nunca fico doente.

Fernando: (...) me saiu uns furúnculo, outros fala cabeça de prego, eu tô andando por andá, é 3 dia que eu tava da cama, hoje que eu saí catá um pouco de latinha, plástico, pra compra alguma coisa.

Rafael: (...) eu sinto dor aqui, aqui, aqui... [mostra onde sente dores], (...) é braço, (...) de noite, (...) é, é que nem reumatismo, (...) eu falei pra Deus: tira esse troço de mim, (...) eu não agüento mais, é todo dia! (...) tem dia que eu tô barbudo que eu não consigo fazer a barba.

Chama a atenção o relato de Luís quando afirma que eles nunca ficam doentes e atribui à “pinga”, que associa ao formol, substância química utilizada na conservação dos cadáveres, que os conservam vivos. Ele também destacou a resistência física adquirida ao enfrentarem constantemente o frio e a chuva. Já

Eduardo faz a relação da sua situação (bêbado e sujo e mal vestido) com o fato de estar vivendo na rua.

Adoentado, Fernando conta que só estava catando materiais recicláveis naquele momento porque precisa de dinheiro para comprar o que comer. Apesar de sentir dor e medo decorrentes dos vários furúnculos em seu corpo, não havia procurado atendimento médico para tratar seu problema de saúde. Rafael, embora sinta dores com frequência, não procura tratamento médico porque, diariamente embriagado, não pode tomar remédios para aliviar as dores e por este motivo, recorre novamente à “pinga” para anestésiar o sofrimento.

3.1.3 – Vestir-se e cuidar da higiene pessoal

Ao perguntarmos sobre as vestimentas, alguns dos entrevistados demonstraram como agem no cotidiano da vida nas ruas com as roupas:

Luís: A roupa aqui na praia não dá pra lavar, roupa aqui é descartável, você usa até quando dá e joga fora, morador de rua ganha muita roupa. (...) Não pode dar muita roupa pra morador de rua, duas muda de roupa tá bom, por que não tem onde guardar.

Pedro: (...) aí é melhor ainda, não falta, ganha tudo.

Fernando: (...) a roupa que eu uso eu tenho que jogar fora, não tem condições. Inclusive a minha roupa tá guardada lá num irmão lá no Mirim, mas ele tá me perturbando demais pra eu ir lá buscar, (...) a minha roupa de ir pra igreja (...) deixa lá (...) é longe, a hora que Deus me der força eu vou buscar (...)

Para os entrevistados as roupas são descartáveis, usam até quando não aguentam mais o mau cheiro. Embora Pedro não tenha falado como lidava com suas roupas, provavelmente tinha a mesma atitude por não ter onde lavá-las e guardá-las, também afirmou que as obtém através de doações de pessoas da comunidade. Interessante observar que para Fernando as roupas de ir à igreja estão guardadas, demonstrando uma relação de cuidado e de propriedade, pois ele as comprou antes de se tornar uma pessoa em situação de rua. Estas roupas adquirem um valor que não aparece em relação às roupas doadas e que pertenceram a outras pessoas.

Com relação à higiene pessoal, apesar das dificuldades de acesso aos banheiros públicos no município de Guaratuba, devido a sua existência somente na

orla marítima, e que, apesar de serem públicos, os usuários devem pagar uma taxa de manutenção para poderem usá-lo, os entrevistados conseguem realizar sua higiene pessoal como, por exemplo, tomar banho e fazer a barba. Podemos observar suas estratégias nos relatos:

João: (...) será que a senhora podia me arranjar um cortador de unhas, porque a minha unha tá muito grande e não dá pra tocar violão assim, atrapalha!

Pergunta: Eu vejo você faz a barba, toma banho, como você faz para conseguir tomar um banho?

Luís: [risos] a gente se vira (...) na temporada tem banho por 2, 3, 5 real, no posto de gasolina também.

Eduardo: (...) Eu sem banho eu não fico, apesar de andar na rua, sem banho eu não fico... eu faço a barba (...)

Pedro: (...) banho! ó o mar aí ó! (...) mas tem altos chuveiros, altas águas por aí, você pega um galão de água aí ó, eu com 10 litros de água eu tomo um banho, pode até sobrá água ainda, é ou não é?

Fernando: Á, eu não durmo sem tomá um banho sabe. Lá [casa abandonada onde ele vive] não tem água, eu arrumo esse litrão assim [5 litros de água], um litrão daquele dá pra mim toma um banho sossegado, eu coloco dentro de um balde sabe?, aí eu molho um pano com sabonete, me esfrego bem, e depois vou jogando água, não tenho chuveiro, não tenho onde tomá banho mas... (...) água fria mesmo! Quente é pior, (...) sabe aquela bica que tem ali em cima? [bica do Leão], ali eu tomo banho também, quando eu passo ali eu tomo um banho bem tomado mesmo, porque ali a água vem com fartura mesmo (...) um galão daquele é só pra tirá o cansaço e o suor do corpo né.

Mesmo com as dificuldades da vida na rua, essas pessoas tentam desenvolver atividades diárias como tomar um simples banho, embora tenhamos observado, no período da pesquisa, que para João e Pedro, que estão a mais tempo vivendo em situação de rua, não há uma preocupação maior em cuidar da aparência física, pois, diferente de outros, estavam barbudos, roupas muito sujas e rasgadas, e, no caso de João, o corpo sujo e cheirando mal.

Para Fernando, um banho ao final do dia é necessário para tirar o cansaço e o suor do corpo. A resistência à sua condição de vida não permite que abra mão de seus hábitos de higiene adquiridos na sua trajetória antes da rua. Preservar seu corpo, tomar um banho e fazer a barba mostram-se como condição mínima para preservar a sua identidade no meio social em que vive.

Os demais entrevistados se apresentam com boa aparência, barba feita cabelos cortados, inclusive o corte de cabelos é realizado por seus companheiros na maioria das vezes. No dia da entrevista com Carlos, outro senhor que pertencia ao seu grupo estava cortando os cabelos dos colegas.

Conforme Frangella (2004, p. 62-64) “o corpo é a base de sua identidade política e social”. A pessoa em situação de rua traz expressa em seu corpo as marcas do processo de formação dessa categoria, contrapondo o ideal dos corpos saudáveis e bonitos idealizados pela sociedade.

Por expressarem o contrário do que a sociedade idealiza, por se encontrarem fétidos, sujos e com suas vestimentas rasgadas e geralmente bêbados, são vítimas constantes de demonstrações de preconceitos. Os lojistas do centro do município de Guaratuba se incomodam ao vê-los em frente às suas lojas, alegando que estes estão incomodando seus clientes. Demonstrações de preconceitos também são constantemente publicadas em matérias de jornais, reivindicando “soluções” à administração pública, como podemos verificar em âmbito local nos anexos 1 e 2.

Ainda sobre a relação com o corpo, Mattos e Ferreira (2004, p.50) analisam a “tipificação” da “pessoa em situação de rua como suja”:

Sempre que nos referimos a essas pessoas, é comum automaticamente ocorrer a associação com a difundida figura de um indivíduo sujo, maltrapilho e aparência sórdida. Neste caso, estamos utilizando o “discurso higienista” que rotula e propaga o estigma do morador de rua sempre associado à sujeira que deve ser jogada para “debaixo do tapete”, entretanto, o que nos deixa perplexos, e deve ser ressaltado, é que a grande maioria dos indivíduos que habitam as ruas não compartilha destes atributos.

A presença dessas pessoas incomoda porque elas estão visíveis aos olhos de todos e preocupam porque podem estragar a imagem da cidade, conforme explicitado no anexo 2. Então, a solução recorrente é “empurrá-los para debaixo do tapete”, “tirá-los” das “vistas” da sociedade, dar um banho e devolvê-los para suas cidades de origem, ou seja, “limpar a cidade”.

3.1.4 – Dormir e habitar espaços da cidade

Ter um local seguro para dormir é uma grande preocupação entre os entrevistados, que procuram dormir em grupos por motivos de segurança. Embora Guaratuba seja uma cidade relativamente “tranquila”, já ocorreram alguns

assassinatos de pessoas em situação de rua na cidade, o que transforma o ato de dormir em uma sessão de angústia e medo. Observamos que eles determinam o local onde irão dormir de acordo com a sua rotina diária dentro de seus territórios.

João: (...) A gente dorme ali na peixaria e de manhã a gente vem pro quiosque, (...) depois vai todo mundo lá pra Vila, beber.

Luís: (...) A gente dorme ali na peixaria, depois uns vão lá pro Maresia [mercadinho] (...) se você for lá agora [19h30min horas] tem uns 20 lá.

Eduardo: [não quis falar]

Pedro: (...) eu tô dormindo naquele barco ali. Cuidando do barco pra dono dele, ele mora lá perto do Morro do Cristo.(...) O lugar melhor que eu escolhi, bacana, foi no Mato Grosso, eu achei muito legal, eu fiquei 22 anos lá, Paraguai, eu rolava por alí sabe, também já fui pra Porto Alegre – RS, lá eu morei 2 anos.(...) Eu tô gostando daqui.

Fernando: (...) eu tô parando naquela casa do lado da empresa de segurança, eu limpei tudo lá, o quintal. (...) Eu ando pela cidade catando reciclagem.

Carlos: [não falou sobre o assunto].

Rafael: (...) a gente dorme por aí né, nas calçada, (...) quando num acordam a gente com vassourada ou porrada mesmo!

João e Luís dividem a calçada da peixaria, onde dormem com mais três pessoas que se encontram na mesma situação. Após acordarem, ajudam os pescadores a puxar as canoas e a escolher os camarões; em troca, recebem pequenas quantidades de camarão e peixes e vão à Vila Esperança e ou nas proximidades do bairro Figueira para vendê-los aos moradores locais. Com o dinheiro recebido pela venda desses produtos, eles geralmente vão ao “mercadinho”, onde compram a bebida que servirá também de alimento. O território percorrido envolve o bairro Vila Esperança onde João morava e, neste local, encontra pessoas conhecidas que lhe dão alimentos e, às vezes, café, conforme seu relato.

Pedro, que vive no trecho, os territórios ocupados dependem dos laços de amizade que conquista com os companheiros de rua. Dias anteriores à entrevista, ele estava com um grupo nos arredores da peixaria do Morro do Cristo, junto com João, porém, como se desentendeu com um rapaz, preferiu procurar outro local para ficar e, no momento da entrevista, estava cuidando de um barco junto com um colega na região central da cidade, na Praça dos Namorados. Por ser uma pessoa

extrovertida e simpática, dias após a entrevista, o avistamos em companhia de outro homem, ajudando na coleta de materiais recicláveis na Vila Esperança. Constatamos que no período de um pouco mais de um mês Pedro percorreu o trajeto que passa pela praia do Morro do Cristo, o bairro Vila Esperança e o centro da cidade. Seu “instinto de sobrevivência” faz com que se adapte a locais onde se sinta bem, caracterizando a sua identificação como trecheiro.

O território demarcado por Fernando se divide entre o bairro Figueira (local em que seus filhos moram com a mãe), a Avenida Atlântica, algumas ruas do Centro da cidade (onde ele coleta materiais recicláveis) e a casa abandonada em que mora, próximo à praia do Morro do Cristo. Diferente de outros entrevistados, ele prefere andar e ficar só, porque, como disse, “os outros vem me oferecer bebida e eu não bebo, então não serve pra andar junto”, embora permita que outro senhor durma na mesma casa.

Para dormir, Rafael afirmou que “dorme por aí, nas calçadas”. Devido ao fato de ser morador de Guaratuba há 12 anos e desde então viver na rua, possui um círculo de amizade grande; conhece alguns comerciantes que o ajudam e, como disse, acompanhou o crescimento deles financeiramente. O território percorrido é variável: durante o dia vai ao Centro da cidade, ao depósito de reciclagem que se localiza na Vila Esperança, ao depósito de bebidas no bairro Cohapar.

As narrativas de João, Pedro, Luís, Fernando e Carlos, embora este não quisesse falar sobre os locais onde dorme, revelaram outra prática cotidiana, qual seja: não se misturar com pessoas em situação de rua que são usuárias de drogas ilícitas, porque, como disseram, é mais perigoso devido ao fato de estes se constituírem “alvos” mais frequentes de ações da polícia.

Definir um território e escolher as pessoas com quem conviver faz parte das estratégias de sobrevivência da pessoa em situação de rua. Para Escorel (2003, p.147):

Os grupos estabelecem um cotidiano onde são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológica e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado.

Nas situações estudadas, em relação aos espaços para dormir, condicionados tanto pelos “tipos” de pessoas em situação de rua que os ocupam

quanto pelos agentes públicos responsáveis pelo policiamento e vigilância da “ordem pública”.

No município de Guaratuba, não diferente de outras cidades, pessoas em situação de rua que trabalham como guardadores de carro ou os denominados “pedintes” se concentram na Praça Central, ao passo que aqueles que trabalham na coleta de materiais recicláveis e ou na realização de pequenos “bicos” tendem a “circular” pelos bairros periféricos considerados mais rentáveis às suas formas de trabalho.

O espaço público, sua ocupação e utilização pelas pessoas em situação de rua, a quem Magni (2006, p.38) denomina “nômade urbano”,

(...) apresenta-se assim, como um local de sociabilidade e espaço ecológico onde esta população que não tem moradia fixa nem estabilidade profissional pode prover a sua subsistência. Mais do que meramente um local de passagem, como é para os habitantes sedentários, a rua é para os nômades urbanos um elemento vital e inevitável de existir; a mobilidade que ela proporciona, representa a própria condição de sobrevivência.

Durante o processo de pesquisa, observamos os espaços da cidade frequentados pelos entrevistados e realizamos um mapeamento dessas áreas no mapa da cidade apresentado na FIGURA 1. Os pontos circulados no mapa, além de toda área central da cidade, são utilizados e significados como sua “casa” (abrigo/moradia); local de trabalho (aquisição e comercialização) dos materiais recicláveis coletados em suas jornadas de trabalho; espaço de encontro e descontração (relações de amizade), onde costumam se encontrar para beber “pinga” e “jogar conversa fora”, conforme disseram; bem como, de construção de sentidos e sentimentos de família que “transcendem” ao comumente pensado e idealizado.

Conforme o exposto, nos territórios percorridos diariamente essas pessoas demarcam lugares tanto para descansar os corpos quanto para obter o sustento e atender às suas necessidades. O espaço urbano é a sua casa, o seu trabalho e o seu quintal.

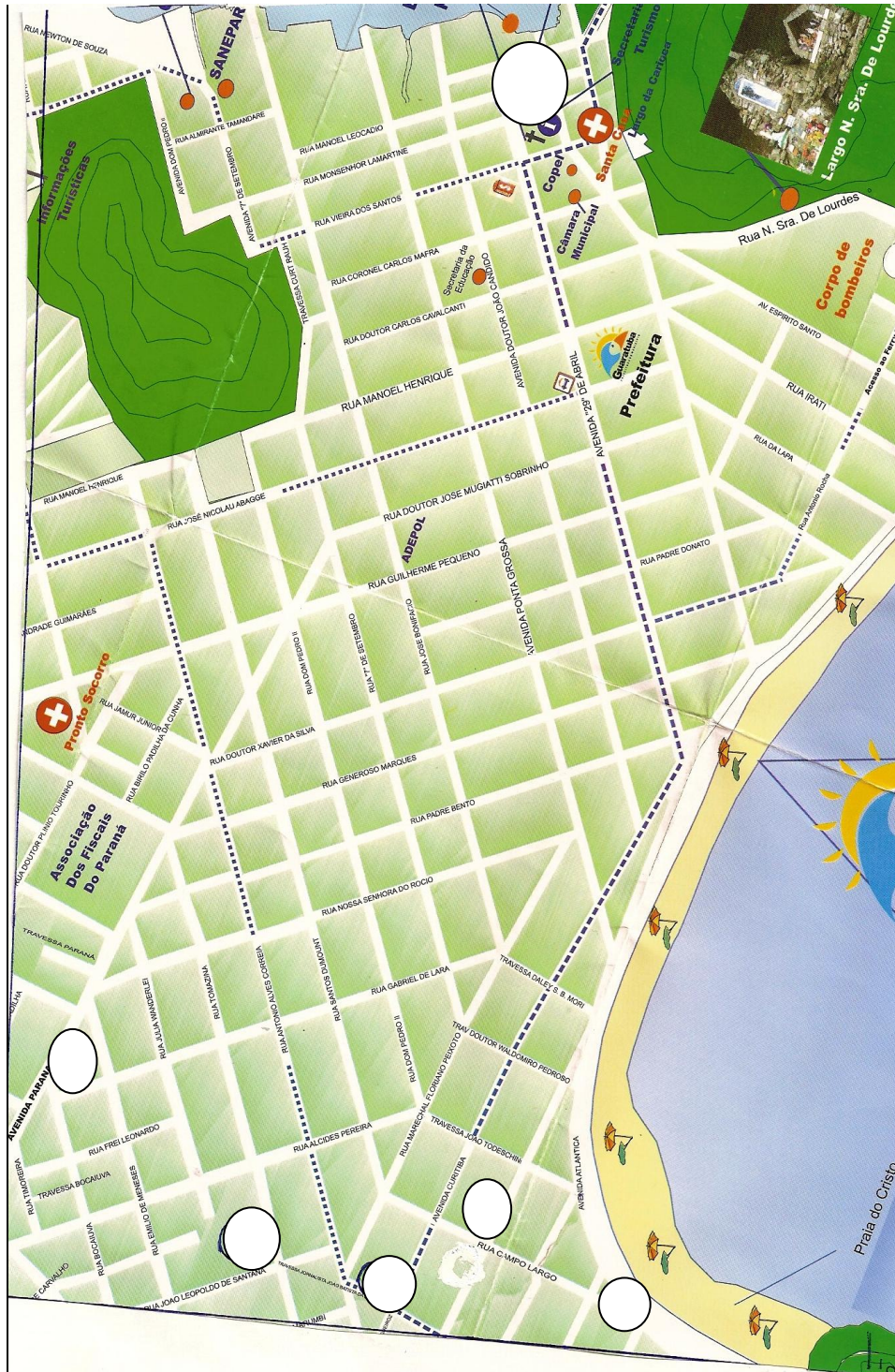


FIGURA1: Mapa de “territórios” de Guaratuba/PR frequentados pelos entrevistados.

FONTE: MAPA/GUIA TURÍSTICO – Prefeitura Municipal de Guaratuba.

CAPÍTULO IV

“SEGUINDO EM FRENTE”:

OUTROS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE VIVER EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 – Situação de rua como “identidade”

Habitar a rua dividindo seus espaços como uma enorme casa, assim é a vida de pessoas em situação de rua, que têm sua intimidade revelada aos olhos de quem quiser ver, pois, muitas vezes, são imperceptíveis aos “olhos” da sociedade. A rua que exclui, também acolhe os que a ela recorrem na luta pela sobrevivência, na busca pelo sustento diário – nas lixeiras, nos latões, nas marquises, nas pontes, praças e chafarizes. De acordo com Santos e Cruz (2010, p.5),

A rua, onde passamos somente por ela, por ser uma via de acesso; a calçada, que durante o dia é pisada por milhares de pessoas, à noite se transforma e vira uma enorme casa, silenciosa, habitada por muitos que fazem dela seu lar, e das calçadas suas camas. Este fato (...) revela-nos cidades profundamente desiguais, partidas, com grande parte da sua população tendo seus direitos fundamentais violados, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social, resultantes da histórica concentração e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Os relatos obtidos nas entrevistas realizadas mostram relações e significados complexos que a “situação de rua” abrange, e, neste sentido, incluso conflitos e contradições individuais e sociais. Se em alguns depoimentos a “situação de rua” configura-se como possibilidade de liberdade e afirmação de identidade, em outros, essa situação é considerada passageira, pois “encaram-na” acreditando que um dia a vida vai mudar e melhorar. Para alguns é como se seguissem em frente, mas perdidos nessa “casa”, como se estivessem num labirinto em busca da saída, enquanto para outros a “rua” é a casa – porta de entrada, de acolhida e de saída.

Eduardo: (...) esse aqui não é o meu traje, pode ter certeza que esse aqui não é meu traje, (...) eu era bonito, era bonito e sou bonito até hoje! (...) é só tomá um banho e muda de traje, aí já era!

Pedro: a rua é como se fosse minha casa, não sei vivê de outro jeito.

Fernando: (...) olha, é triste, pra mim é uma tristeza, eu nunca fui disso sabe! (...) se você me visse a 3, 4 anos, você ia falá: poxa, o que aconteceu com esse cidadão! (...) nas trapilhas, pra quem andava bem vestido, bem

calçado, gostava de ir à igreja, não perdia um culto, (...) nós saía, ia pra Ilha do Mel, Descoberto, caravana pra Curitiba, (...) hoje todo mundo me abandonou, (...) se afastou de mim!

Carlos: (...) eu tô nessa vida aí só até eu arrumá o meu canto sabe!

Conforme observamos, Fernando não se identifica com a situação de “morador de rua”, seja ao manifestar sua tristeza, seja ao ocupar uma casa abandonada. Ao passar em frente a esta, que considera sua casa, percebemos que ele a mantém limpa, tirou todo o mato e o entulho que havia no quintal, nesse espaço ele tenta preservar a sua identidade cultural e social, para que a sua imagem não se integre totalmente à imagem de uma pessoa em situação de rua.

A forma como alguns dos entrevistados se referem à situação vivida, demonstra a perspectiva de mudança, como nas falas de Eduardo e Carlos: o primeiro, expressa sua resistência aos efeitos da vida na rua quando afirma que é bonito até hoje; o segundo, quando se manifesta desgostoso com a situação atual, ao mesmo tempo em que busca trabalhar e viver no intuito de preservar aspectos identitários pautados em valores e comportamentos outrora construídos. Sobre esse aspecto, Tosta (2003, p.219) afirma que

(...) uma questão que é sempre retomada pelos moradores de rua é a necessidade de se diferenciarem socialmente. (...) fazem questão de se distinguir tanto do “mendigo profissional” que vive somente à custa de esmolas, como dos “marginais” em geral (principalmente o ladrão ou traficante).

Essa diferenciação é observada nas falas de alguns dos entrevistados, entre as quais, por exemplo, as afirmações de que só não sabem roubar, nem matar, não usam drogas ilícitas e realizam qualquer trabalho que aparecer. Todavia, há que se considerar que

(...) configuramos nossa identidade a partir da interiorização de atributos pressupostos pelos outros em nossas interações, tendo como pano de fundo o conhecimento socialmente partilhado. A existência de “esquemas tipificadores” possui a condição de pré-dizer e manipular as condutas individuais na medida em que “define e constrói os papéis” e, por conseguinte, controla e prediz todas essas condutas (...). Com base nesses papéis objetivamente atribuídos, o indivíduo constrói personagens subjetivamente apropriados. (CIAMPA apud MATTOS e FERREIRA, 2004, p.52).

Confrontando aspectos da realidade vivida, trazidas à tona pelas pessoas em situação de rua que compuseram a trama da pesquisa, com questões problematizadas e enunciadas teoricamente, podemos perceber que estigmas identitários, socialmente construídos, resultam na “culpabilização do indivíduo”, configurando uma identidade que não lhe pertence – a exemplo de quando são tratadas como sujas, loucas, marginais e sem salvação, aceitando tais tratamentos. Pois, de acordo com Mattos e Ferreira (2004, p.52), “o cidadão em situação de rua não é visto como um igual, como integrante da mesma espécie, apenas não é visto, como se fosse coisa (...) o indivíduo pode apropriar-se das representações sociais e passar a ver-se como um objeto, ‘uma peça sem vontade própria’”.

4.2 – A rua e os “não pertencimentos”: violências e discriminações sociais

Os relatos dos entrevistados revelam as situações e as formas de violências de policiais e ou de civis sofridas, bem como as estratégias adotadas à preservação de suas vidas nas ruas.

João: (...) quando eles aparecem pra dar geral nos outros, eles só falam: sai daqui véio! É por que eles me conhece, os polícia daqui.

Luís: (...) A polícia não faz nada, uns tapa na cara não é violência, nós tá acostumado, é normal, eles nem pega na gente, tem nojo! Agora, violência é você tá dormindo numa marquise e passa um boyzinho e te enchê de pedrada, jogá lata de cerveja, jogá água, isso sim é violência. (...) a gente nunca pode dormir sozinho, sempre nuns 3, 4, enquanto os outros dormem um fica acordado cuidando.

Eduardo: (...) Já tive abordagem de policial, eu falei: só não me bata não que eu não devo nada!

Pedro: (...) Perigo tem em todo lugar. Nem aqui é mais perigoso de que lá, nem lá é mais perigoso que aqui. Perigoso tá em todo lugar. O importante é a gente tá em cima do objetivo, lutando na real.

Fernando: a minha dificuldade é às vezes a gente anda meio cismado né, (...) medo, sei lá, tem tanta coisa acontecendo, a gente às vezes paga por uma coisa que a gente nem sabe o que tá acontecendo, é esse o meu medo, minha maior dificuldade é essa! (...) violência da polícia? Já, já tomei tapa na cara aí, na frente de todo mundo! Eu falei: senhor, eu sou um cidadão! Eu não sou do mal, sou do bem, se eu fosse do mal, (...) olha o senhor não sabe onde eu durmo, onde eu paro, o senhor não sabe quem eu sou, mas eu sou do bem, ele deu um tapa dum lado e quando eu olhei ele deu outro...páh, eu abaixei a cabeça e ele falou assim: ó e vai saindo quietinho aí, senão você vai apanhar mais! (...) Hoje mesmo, eles parô eu

ali, despejaram tudo ali, eu perguntei: o que vocês tão procurando? (...) fui denunciado? Tem alguma denúncia? O senhor quer olhar a minha mercadoria? Ele falou: você vem falar de lixo mercadoria? Pra o senhor não é! Mas pra mim é! O meu sustento tá aqui! E agora como que eu vou levar isso, o senhor rasgou tudo o saco! Ele falou: se vira! E saíram com a viatura lá pra cima! Eu tô certo! Quem tá errado é eles! E se na hora que eles me deu aqueles tapa tivesse passando uma corregedoria ou uma reportagem aí, a imprensa, filmassem e ponassem no jornal, como é que seria? Amanhã eles me mataria, por que eu tinha que dá depoimento sobre isso, (...) É assim que funciona gurial! Pra você vê como é que tá nossa Guaratuba.

Carlos: (...) é, a violência é o seguinte: esses dia eu tava aqui ó, na praça, certo? Eu tava sentado naquele banco lá, embaixo da árvore, e chegou os policial ali e até me deram umas cacetada, me quebraram 2 costela, sem eu devê! Sem merecê! Nem sabia o que era; tô com a chapa ali no carinho, (...) guardada. Aí eu tive que í lá pro Pronto Socorro, pra pudê me socorrê, tomá uma injeção, um negócio pra podê passa a dor né. Mas esses desorganizado que tem por aí, pra mim não é policial não! São muito desorientado, (...) pra mim não sabe o quê que é lei! [Isso acontece mais na temporada ou no ano inteiro?] Não, mais na temporada, que os daqui conhece nós. (...) é os que vem de cima lá, os que vem de Curitiba.

Observamos que há a tendência à “naturalização” da violência policial, ao contrário de quando é cometida pelos demais transeuntes, conforme evidencia o relato de Luís ao afirmar que é “normal” levar “uns tapas na cara” de policiais e compreender como violência as agressões advindas dos demais “cidadãos”. Isso ocorre devido ao fato de os moradores de rua não contarem com a proteção da lei, pois como disseram *“se a gente denunciar, a gente está morto; então tem que ficar calado”* (palavras de pessoas em situação de rua).

Não raro, a pessoa em situação de rua é vista como perigosa e criminosa, sendo que muitas pessoas têm medo de se aproximar delas nas ruas. Neste sentido, Mattos e Ferreira (2004, p. 50) trazem à tona a representação da pessoa em situação de rua como “perigosa” e analisam essa reação da população e da justiça como a “vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinquência, o que vem a favorecer que todos os cidadãos enxerguem o morador de rua como ‘socialmente ameaçador’ e um ‘criminoso em potencial’”.

Entre as pessoas em situação de rua há algumas pessoas que estão foragidas da justiça (traficantes, assaltantes, homicidas, etc.) e como a maioria dessas pessoas não porta documentos, a população em situação de rua que tem

boa índole acaba sendo tratada como “marginal”. Todavia, isso não justifica a ação policial comumente baseada no abuso de poder e no uso da força.

A discriminação social diante da violência policial é problematizada por Fernando quando destaca que ele é um cidadão, mas não é reconhecido como tal. João e Carlos relatam que as agressões policiais acontecem com maior frequência no período da temporada de verão, quando o efetivo policial aumenta e a maioria dos profissionais é de outras regiões do Estado, portanto, desconhecem os moradores de rua que vivem em Guaratuba, o que também não justifica quaisquer formas de agressões dirigidas a essas pessoas.

Na tentativa de reverter esse quadro de abusos pelos agentes da segurança pública, está em vigor, segundo matéria publicada na 3ª edição do Jornal A Laje, a Portaria Interministerial n.º 4226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece a forma como esses profissionais devem agir nas abordagens às pessoas em situação de rua, sendo obrigatório o cumprimento das normas por parte dos agentes federais.

Embora esteja disposto em lei, de acordo com a realidade das pessoas entrevistadas, há a necessidade de conscientização desses profissionais no exercício de suas funções em relação à população em situação de rua. Observamos que no município de Guaratuba a lei do silêncio predomina entre as pessoas em situação de rua, pois, ao sofrerem essas violências, eles não têm a quem recorrer, restando-lhes permanecer calados para preservarem suas vidas.

Conforme Luís, além da polícia, a sociedade também é violenta. Para assegurar a segurança na rua, especialmente durante a noite, revela a estratégia adotada, ou seja, sempre dormir em companhia de outras pessoas, pois enquanto uns dormem, outra é responsável por ficar acordada para alertar os companheiros quando há situações de risco, de perigo.

O longo tempo de vida na rua fez com que Pedro encarasse a violência como comum e constitutiva da vida cotidiana, porque na sua concepção “perigo tem em todo lugar”.

Além da violência policial, identificamos outras formas de violência nos depoimentos, abaixo explicitas:

Fernando: (...) passam por mim às veis até viram o rosto. (...) as pessoas parece que acaba discrendo da gente sabe? (...) eu peço a Deus que as pessoa olhe ne mim, não me vê mal pessoa, pode me contemplá de toda forma, mas quando conversa comigo, vai ver que a minha pessoa não é o

que eles tão contemplando. (...) Muita gente olha assim, e até corta a volta da gente (...) mas não é questão disso. (...) poxa eu sou humano gente! (...) esses dia tava anunciando na rádio aí, tava precisando de auxiliar de cozinha, fui lá, levei meu currículo, o cara olhou, levou lá pra dentro, aí eu escutei quando uma pessoa lá dentro falou: Ah! Esse cara cata lixo! Poxa! Não ajudou (...) pra mim essa pessoa não ajudou (...) me destruiu ali. Aí o cara veio e falou: olha tem uma vaga, mas já tem dois na frente. (...) podem me chamar de pé de chinelo, de mendingo, de andarilho, de nego da rua que nem me chamaram, mas eu não vou pegar o que é dos outros (...).

Carlos: (...) mas aqui pelo costume que a gente já tem, não tem problema nenhum (...) aqui pra mim é sossegado!

Ser chamado de mendigo para a pessoa em situação de rua que trabalha é humilhante, pois o “mendigo” é associado a “vagabundo”. Em entrevista para o programa Conexão Repórter, da emissora de televisão SBT, exibido no dia 20 de julho de 2011, às 22 horas 45 minutos, um homem de 34 anos, e há quatro em situação de rua disse que: “*mendigo é lixo, é nada*”.

A discriminação social e racial é outra forma de violência praticada pela população diariamente contra as pessoas em situação de rua. Fernando mostra a sua indignação ao perceber que as pessoas viram o rosto quando o encontram e ou atravessam a rua para não passar perto, bem como ao ser chamado de “nego da rua”. Destaca sua condição e desejo de respeito: “*poxa, eu sou humano, gente!*”. O relato de Luís, por sua vez, revela outras formas de violência e de discriminação contra as pessoas em situação de rua quando afirma que “*a polícia tem nojo da gente*”.

Em relação a essas questões vale destacar que, segundo o Sumário Executivo (2008, p. 13), “o fato de serem impedidos de entrar em certos locais como estabelecimento comercial aparece em 31,8% dos entrevistados”. A pesquisa ressalta ainda que “não foram consideradas as possíveis tentativas vindas do fato de que muitos indivíduos nem tentam entrar em certos locais para evitar constrangimento decorrente da provável negativa”. Assim como ocorre noutros municípios brasileiros, também em Guaratuba os comerciantes se sentem incomodados com as pessoas em situação de rua, que costumam ficar na praça central, portanto, nos arredores de estabelecimentos comerciais, conforme se verifica em matérias publicadas num Jornal local (anexos 1 e 2), quando solicitam providências da administração pública, dentre elas, a remoção dessas pessoas para suas “cidades de origem”.

Ainda sobre a recorrência dessa forma de discriminação, uma das matérias exibida pelo programa Conexão Repórter, anteriormente citado, também a exemplifica: o repórter efetuou uma reserva por telefone num restaurante caro da cidade de São Paulo, dirigiu-se para o local disfarçado de pessoa em situação de rua e quando chegou ao estabelecimento foi recebido pelo segurança que não permitiu a sua entrada. Como o repórter em seu disfarce afirmava que tinha dinheiro para pagar a conta e a negativa de acesso se reiterava, quis saber as razões pelas quais não poderia entrar. Obteve como resposta um empurrão do segurança lhe dizendo que a reserva havia sido cancelada naquele momento.

A negação da entrada de qualquer pessoa em espaços públicos, incluindo aquelas em situação de rua, constitui ato criminoso que fere o princípio da dignidade humana, inscrito no Art. 1º da Constituição Federal de 1988. A discriminação sofrida pelas pessoas em situação de rua gera também barreiras de acesso a outros espaços institucionais, direitos e políticas, como por exemplo, em secretarias públicas na busca de benefícios eventuais, de serviços de saúde e de assistência social, em síntese, à efetivação de determinados direitos de cidadania, os quais acarretam outros processos de exclusão.

4.3 – Formas de trabalho: possibilidades de pertencimentos ou não?

Ferro (2011) apresenta dados da pesquisa realizada em São Paulo, em setembro de 2010, sobre trabalho e geração de renda para a população em situação de rua, em que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em conjunto com técnicos do Projeto da Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua e de organizações sociais, identificou que

(...) quem está na rua são trabalhadores, onde 96% dos entrevistados trabalhavam de forma regular antes de ir para as ruas e 90% continuam trabalhando na rua, principalmente com a catação de material reciclável (35%), carga e descarga (16%), serviços de manutenção/reforma/construção (9%) e lava e guarda de carros (8%). Apenas 5% declararam obter dinheiro pedindo nas ruas.

Esses dados desmistificam alguns estigmas sociais, dentre os quais a ideia naturalizada no senso comum de que a população em situação de rua é composta somente por pessoas “pedintes”, isto é, aqueles que pedem esmola para sobreviver.

Mattos (2004, p. 49) problematiza a tipificação de **pessoa em situação de rua como vagabunda**, remetendo a racionalidade dominante de que “o trabalho formal e o registro em carteira servem como legitimadores da identidade de trabalhador”. Essa forma da sociedade reconhecer o trabalho e atribuir identidade aos trabalhadores acaba excluindo ainda mais o conjunto da população que trabalha, entre as quais aquelas em situação de rua, mas que não se insere nesse espectro das relações formais e, não raro, são considerados improdutivos, ou seja, “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1998). O provérbio de que “o trabalho dignifica o homem”, portanto, é passível de questionamento.

A relação com o trabalho ou a falta dele é uma questão central no debate da sociedade excludente. Se não se enquadra nos requisitos exigidos, como a escolaridade e a qualificação profissional, para determinados postos de trabalho, se não possui emprego formal e permanece sem trabalho por determinado tempo, as pessoas estão sujeitas não apenas a situações de insegurança e instabilidade, mas a preconceitos. Este é ainda maior para aqueles que vivem nas ruas e desenvolvem trabalhos informais e intermitentes, e, nestes casos, está ligada a esse tipo de exclusão, embora não se possa afirmar que seja o único motivo pelo qual uma pessoa se encontre em situação de rua.

Sobre a exclusão social, Tosta (2003, p. 226-227) analisa-a como um processo e não estado:

Assim, o excluído é um indivíduo que passa por uma condição de precarização, mas não há como dizer que seja um excluído absoluto, pois de alguma forma, mesmo por meio de muito esforço, será possível encontrar algum tipo de inserção social, a não ser que se chegue ao extremo da eliminação física destas pessoas (ou seja, um eremita, completamente isolado). Isso reforça a concepção da exclusão social como um processo de rupturas e não como fato constituído. Também é importante lembrar que, sendo um processo ao qual se pode chegar, essas pessoas também podem sair dele, embora este segundo movimento se configure de forma mais difícil.

O trabalho tem sido a forma que a sociedade geralmente oferece para que essas pessoas superem o processo de exclusão. Todavia, face à complexidade envolvida e trazida à tona no estudo em tela, caberia às instituições que direcionam suas ações à população em situação de rua, pautadas no desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda, indagar-se quanto a esta alternativa constituir para a diversidade dessas pessoas a única ou a melhor opção para suas

vidas, uma vez que terão que se (re)adaptar a determinada dinâmica social marcada por regras e horários, sem o uso de bebidas alcoólicas ou drogas. Além disso, quando há convergência entre esses interesses institucionais e os pessoais, parece-nos pertinente tanto a continuidade de ações de apoio, após a sua inserção no mercado de trabalho formal se for o caso, quanto considerar que o trabalho formal não se constitua a melhor opção para determinada reinserção social dessas pessoas. Devemos ter em mente que todo e qualquer trabalho desenvolvido para essa população requer que sejam levadas em conta as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua 2009.

Quando perguntados sobre como obtinham os meios para fazer frente às suas necessidades de sobrevivência, os relatos dos entrevistados mostram, entre outros aspectos, o trabalho em suas múltiplas formas:

João: Eu também sou pedreiro, não desses que fuma pedra não! Dos que constrói casa. (...) eu ajudo os pescador a puxá as canoa e eles me dá peixe.

Luís: Eu Sempre me virei. (...) sou pedreiro, eletricista, pintor, encanador. Dormia em albergue (...) na rua também (...) a maioria das vezes. [Pergunta: Como você consegue trabalho? As pessoas não têm preconceito?] Ninguém fala que é morador de rua, a gente chega em uma casa, bate palma e fala que tá procurando um serviço, fala o que sabe fazer e sempre arranja uns bico.(...) eu trabalhei 5 anos de motoboy de uma empresa sem o patrão saber que eu morava na rua. A firma dá uniforme, aí você paga pra lavá. (...) Na Argentina é brabo! Lá ninguém te ajuda, tem que trabalhar mesmo, já carpí plantação de coca, que faz cocaína. (...) Aqui eu trabalho também, faço uns bicos, hoje eu tenho que ajudar fazer um reboco, eu também ajudo os pescadores na pesca, aí depois eles me dão peixe e camarão, e aí eu vendo. (...) Aí eu compro pinga, pão, até sobrou R\$1,00 [um real] no bolso.

Eduardo: (...) eu uso a herança que a profissão me deixou (...) a inteligência. (...) Eu cato latinha também.

Pedro: (...) eu sempre me virei, eu catava latinha, quando eu saí nesses 14 anos eu trabalhava nas fazenda, pra ganha um dinheirinho né (...) então eles arrumava serviço e arrumava um lugar pra gente ficá. Aí me dava alimento, eu fazia um serviço eles me pagavam, e eu ia levando a vida.

Fernando: eu trabalhava de caseiro, os meus documento, tá tudo registrado de caseiro, chacrero, (...) mas trabalho de servente, trabalho de pintura, jardim, tudo isso eu faço, o que aparece, que Deus prepara. (...) A única coisa que eu não sei é pegá o que é dos outro, isso jamais, (...) eu prefiro catá lixo, mas pegá o que é dos outro jamais! (...) Minha situação é essa! Falta de um emprego! (...) hoje eu cato reciclagem. (...) Mas olha eu

trabalho de copeiro, de chapeiro, de ajudante de cozinha, faxineiro. (...) tudo isso eu tenho guardado, meus currículo (certificados) tudo, assinado tudo.

Carlos: sobre serviço, graças a Deus. (...) sempre trabalhei, sempre trabalhei, tanto é que hoje em dia eu carpo até quintal por aí, pros outro, pra podê sobreviver, eu nem uso o carrinho, esse aí eu deixo encostado.

De imediato percebemos a correlação com os resultados de pesquisa anteriormente citada, quando demonstrado que a maioria dessas pessoas tinha uma profissão e trabalhava, formal ou informalmente, antes da “situação de rua”. Conforme o exposto, todos os entrevistados desenvolvem alguma atividade, cuja paga se realiza de diversas formas: produtos que depois são comercializados, alimentos e ou abrigo, e dinheiro, embora os ganhos não ultrapassem os R\$20,00 (vinte reais) por dia no período de inverno, conforme afirmaram.

As possibilidades de trabalho criadas para “ganhar o pão de cada dia”, de acordo com os depoimentos, são diversas. Em alguns casos, ancoradas nas experiências de trabalho de outrora; noutras, adquiridas a partir da vivência na situação de rua; por vezes, o encadeamento de ambas. Luis, por exemplo, revelou mais uma estratégia dessa população para a garantia do suprimento das suas necessidades básicas: nunca fala que é “morador de rua” para as pessoas a quem pede um serviço e que na firma onde trabalhava era fornecido uniforme, então não tinha como as suas roupas denunciarem sua situação.

Ao mesmo tempo, constatamos a questão do desemprego, embora não exclusivamente, como fator atribuído a sua permanência na situação de rua – caso de Fernando, pois, conforme afirmou, mesmo possuindo vários cursos como chapeiro, copeiro, faxineiro, seus certificados de nada lhes servem diante da discriminação em relação às pessoas que vivem na rua. Findada a entrevista, desabafa dizendo: *“não é que eu não quero trabalhar, mas nessa situação ninguém me dá emprego!”*.

A necessidade da pessoa em situação de rua reafirmar que tem uma profissão, mesmo que não a exerça, lhes confere uma identidade, manifestando uma resistência à condição de inutilidade ou de negativa em relação à discriminação e preconceitos a que estão sujeitos (COSTA, 2005). Essa reafirmação e resistência manifestam-se nos relatos dos entrevistados, conforme observado anteriormente.

A vida na rua não lhes permite o “acúmulo de riquezas materiais”, amplamente disseminado pela racionalidade constitutiva das sociedades sob a ótica

capitalista. O trabalho, que é realizado hoje, serve para suprir suas necessidades do dia (comprar uma refeição, uma garrafa de cachaça, por exemplo). O cotidiano vivido revela-se cadenciado e marcado pelo hoje e agora, e, segundo Costa (2005, p. 9-10), “sem a menor condição de planejamento a médio ou a longo prazo como acontece no caso dos trabalhadores formais”.

As análises de Mattos (2006), a partir de pesquisa realizada com pessoas em situação de rua, chamam a atenção ao repúdio em relação a essa racionalidade capitalista e ao trabalho assalariado, porque implicam exploração econômica, competição e escravidão. Considera que tais posicionamentos, não exclusivos de moradores de rua, provocam uma “certa revolução” nessas formas de trabalho. De acordo com suas reflexões, geralmente ao sair da situação de rua, essa pessoa vai reformular a forma como vivia antes dessa situação, buscando outras alternativas de vida e de trabalho que preservem a liberdade, com portas mais abertas à sociabilidade, que lhe ofereçam segurança quanto à sobrevivência no seu dia a dia: “trabalhar sim, mas com tempo para realizar outras atividades, viajar, festejar, descansar” (MATTOS, 2006, p. 221).

Concomitante a labuta cotidiana, Pedro trouxe à tona momentos de descontração: gosta de apreciar a natureza e de observar as obras de “Deus e dos homens” como relatou:

Pedro: (...) Eu fiquei cinco anos sem fumá, eu não fumava cigarro, não tomava bebida alcóolica, [fala baixinho] só que daí eu fumava maconha. E nem café, refrigerante, nada, fiquei cinco anos. Eu só lia a bíblia, de Gênio [Gênesis] a Apocalipse eu li, li duas veis a bíblia em cinco anos. [Pergunta: o senhor gosta de escrever?]: gosto, gosto. (...) só faz dias que eu não escrevo mais, mas vou voltá escrevê. Eu já fiz altas frase, eu já fiz altos poema, muito massa! Tinha uma época que eu fiz o poema do bem-te-vi, eu falei assim ó:

*No sertão eu nasci, lá também eu cresci,
Eu mudei pra cidade, mas não me esqueci,
Do sertão que nasci, sempre alembro dalí,
No cantar do bem-ti-vi, me regorgis em ouvi.
Lindas plantas já vi da semente saí, crescê e produzi
Madura eu colhi,
Sobre Serra Natal eu pulei e corri, subi e desci, sem medo de cai.*

4.4 – Relações entre “moradores de rua”: amizades, parcerias, conflitos

Mattos (2006), em seu estudo sobre o tema, expõe a fala de José (ex-“morador de rua”) que comenta sobre o grupo de amigos formado na situação de moradia na rua e a sua relação com eles, associando as amizades ao ato de “cuidar”, “conversar”, “ouvir”, “proteger”, apontando a necessidade de todos falarem de suas vidas. A “necessidade de falar”, de “ter uma expressão”, era importante no grupo. Antonio, ex-morador de rua complementa:

A amizade me ajudou bastante a levantar minha auto-estima. Quando às vezes eu estava desanimado, já desesperançado, sempre aparecia um colega ou amigo que me ajudava a renovar as forças, a me dar mais esperança. A amizade é muito importante. (fala de Antônio apud MATTOS, 2006, p. 198).

O que disseram os relatos dos entrevistados sobre as relações com outras pessoas em situação de rua?

João: [Sua relação com os outros moradores de rua é bastante tranquila, eles dividem a comida, um cuida do outro, ele anda sempre junto com outro amigo na mesma situação].

Luís: A gente á amigo, um cuida do outro, eu fico mais aqui com os véio, eles precisam de uma força, não aguentam puxar a canoa dos pescadores, aí eu fico aqui dando uma força pra eles. (...). Às vezes a gente mata por necessidade.

Eduardo: Eu uso a inteligência, que a vida me levou a isso, tratar bem as pessoas, a vida é perigosa. (...) eu já te falei, eu sei o que é educação, então é só não sacanear ninguém.

Pedro: Um cuida do outro, um dorme e o outro fica acordado. Têm muitos que quer agredir. (...) Se a gente marcá, o cara mata a gente sabia? Depende o contato, tem uns aí que só que pirá na parada, outros não. Mas têm outros que não dá pra andá junto. (...) claro, posso morre aí ó de graça, pego um desgraçado desse aí ó do uma porrada, depois ele espera a gente dormi e pode mata a gente. É ou não é!

Fernando: Todo mundo me conhece, se você pergunta quem é o “irmão”, todo mundo me conhece, que eu era “crente”, Era não! Sou ainda! (...) olha, eu não tenho relacionamento com ninguém sabe, eu ando sozinho, a única coisa que eles me param é pra pergunta se eu quero um gole, aí eu falo: íh amigo, perdeu tempo, eu não bebo! Aí eu já vou saindo sabe? (...) inclusive! Aonde eu tô parando, tem um cidadão também lá, que ele dorme lá, ele vem toda noite dormi lá, ele cuida de carro lá na praça; (...) só que eu já peguei ele usando droga lá dentro né! E eu já falei pra ele: ó, você arruma outro lugar. (...) tá lá ainda até hoje, também, tocá ele de lá e de repente ele morre por aí, a minha consciência vai ficar pesada.

Carlos: Se damos bem! A gente se dá bem, um ajuda o outro, às vezes quando um não tem uma coisa o outro tem, é uma parte em conjunto, uma parte conjunta. [em relação à divisão dos grupos usuários de drogas e alcoólatras] (...) droga eu também não! Aí não é com nós velho, mais de idade né, nós não se mistura não!

A sociabilidade entre as pessoas em situação de rua, em geral, foi revelada como tranquila para os entrevistados, embora, conforme observada outrora e agora, construída a partir de alguns referenciais. Ao longo da realização das entrevistas e, mesmo posteriormente, quando os encontrávamos “circulando” nos diversos territórios, geralmente estavam em companhia de outra pessoa na mesma situação – em duplas nas andanças pela cidade e na coleta de materiais recicláveis. Luís estava junto com o João. Pedro, em companhia do amigo Labamba e, depois, com outro homem (que estava em situação de rua, tornou-se catador de materiais recicláveis, passou a morar com a esposa e numa casa alugada). Eduardo e Rafael também estavam constantemente juntos.

As amizades e as parcerias se formam em diversos momentos do cotidiano, dentre eles, quando se reúnem para beber a “pinga”, às vezes, dividindo o mesmo copo (geralmente é improvisado com uma garrafa “pet” cortada ao meio) e conversando sobre “coisas” da vida. Podemos presenciar esse momento de interação e de troca numa das entrevistas quando alguns homens em situação de rua e inclusive um que não vive na rua, dividiam este momento com os colegas sentados num banco na orla marítima, em frente à peixaria do Morro do Cristo, no período da tarde. Conforme Magni (2006, p. 71-72),

(...) a bebida alcoólica, em especial a cachaça, “pinga”, “mé” ou “branquinha” como é conhecida, é usada diariamente pela quase totalidade dos adultos que vivem na rua, ela é, ao mesmo tempo, motivo de conflito, e elemento integrador e sociabilizador desses indivíduos, que se mobilizam para compartilhar uma mesma garrafa ou copo de cachaça. O mesmo ocorre com o tabaco e a droga, sendo que esta, em forma de maconha, cola de sapateiro, e “lolo”, ou “cheirinho” (éter com clorofórmio), são preferidas por crianças e jovens, que geralmente não bebem cachaça.

No caso das mulheres em situação de rua, geralmente elas não vivem sozinhas, ter um companheiro, um “marido” é uma questão quase vital nessa condição de vida. De acordo com Tiene (2004, p. 153), “seja como forma de troca pela proteção, pelas próprias carências afetivas ou, ainda, pela disponibilidade de

tempo e por se alvo de disputa pelos homens, que se constituem em maioria na rua”.

Para Fernando, entretanto, a rua é um caminho e espaço solitário. Procura andar só porque discorda dos hábitos da maioria das pessoas em situação de rua como, por exemplo, em relação ao consumo de bebida alcoólica. Em sua própria consciência sabe que essa relação com a bebida alcoólica pode também acabar em confusão. Mesmo preferindo a solidão, é solidário ao permitir que outro senhor mais velho durma em “sua casa”, mesmo este sendo usuário de drogas; sente compaixão e não tem coragem de expulsá-lo do espaço onde dorme.

Outra questão diz respeito aos conflitos entre as pessoas em situação de rua, trazidos à tona no relato de Luís quando disse que: “às vezes a gente mata por necessidade”. Contou-nos uma situação conflituosa por ele vivida: estava numa “roda de cachaça”, ao redor de uma fogueira, quando um dos homens que estava no grupo em companhia da namorada, a esfaqueou e a matou após uma discussão na frente de todos; como ele e os demais que compunham o grupo não concordaram com a atitude desse homem, acabaram por fazer justiça com as próprias mãos, matando-o a pauladas. Conforme disse: “amanheceram dois corpos no chão e ninguém viu nada!”. Hoje ele vive com medo de ser preso. Situação que o exclui ainda mais de determinados direitos, pois revelou-nos que não tem mais seus documentos para não ser identificado e segundo afirmou: “tem coisas que a gente faz e que não dá pra voltar atrás!”.

Pedro, por sua vez, destaca os cuidados que devem ser tomados ao se envolver em uma briga, porque podem ocorrer vinganças. Decorrente disto, dormir acompanhado de outro parceiro possibilita também que um colega cuide do outro.

Como vimos, na rua são constituídos processos de socialização entre as pessoas que vivem nessa situação – que são inclusivos quando acontece a geração de novos vínculos de amizade e ou familiares, mas de exclusão, quando há situações de violência e de não aceitação num determinado grupo.

CAPITULO V

QUE DIREITOS? QUE POLÍTICAS SOCIAIS?

5.1 – Pessoas em situação de rua: revisitando direitos e políticas sociais

Quando falamos em acesso às políticas sociais, falamos também em direitos sociais do cidadão que estão dispostos no Art. 6º da Constituição Federal brasileira de 1988. Na atualidade, podemos observar pequenos avanços rumo a direitos da população em situação de rua, mas sua efetivação ainda constitui um problema, uma vez que a maioria dessa população desconhece-os e alguns inclusive não querem esses direitos.

Uma barreira que dificultava o acesso dessas pessoas ao atendimento nas políticas públicas era a falta de um endereço fixo, hoje, devido ao visível aumento do número de pessoas em situação de rua no país, o governo federal “abriu os olhos” para essa demanda. A título de exemplo podemos citar os próximos censos populacionais – nos anteriores como o endereço fixo era a referência tornava-os invisíveis – que deverão se adequar à realidade dessa população.

Para firmar a garantia ao acesso de direitos sociais a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) apresenta como um de seus objetivos, Art. 7º, inciso I – assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

5.1.1 – Moradia: “minha casa, minha vida”?

O direito à moradia às pessoas em situação de rua na sociedade brasileira recentemente passou a compor a agenda governamental. Ainda que incipiente e timidamente, no estado do Paraná a primeira experiência de moradia para a população de rua acontecerá no município de São José dos Pinhais. Segundo matéria publicada na 3ª edição do jornal A Laje (2011), “a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), em parceria com o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLMP), realizará um empreendimento vinculado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social” com a previsão de 40 (quarenta) moradias para

essas pessoas e ou famílias. Naquele momento havia 14 (catorze) pessoas inscritas.

As casas populares serão financiadas pelo programa do governo federal “Minha casa, Minha vida”, cujo valor mínimo da prestação será de R\$50,00 (cinquenta reais) mensais e 10% do salário para quem ganha mais de um salário mínimo. Ainda que a iniciativa seja pertinente e que se considere a heterogeneidade de vidas humanas que compõe a categoria social “pessoas em situação de rua”, há que se indagar sobre a efetivação desse direito e o alcance dessa política social, face aos valores monetários implicados quando contrastados com as formas, as condições e a paga do trabalho realizado.

A matéria do Jornal destaca ainda a necessidade de se pensar em “outras formas de habitação para além da compra do imóvel, como o sistema de locação social e repúblicas, que podem contribuir na transição para a moradia própria”. (A LAJE, 2011). Decorrente do estudo realizado e ora apresentado, oportuno se torna considerar o fato de que tais formas de moradia não sejam as almejadas pela totalidade das pessoas em situação de rua, cujas razões não derivam necessariamente de questões econômicas.

5.1.2 – Albergues: acolhida e ou expulsão?

Quando se fala de moradia ou de abrigo, várias pesquisas apontam os albergues como a primeira opção citada pela população em situação de rua, cuja natureza e dinâmica organizacional trazem à tona o aspecto do provisório e para pessoas em situação de rua que os utilizam, a noção de transição e passagem. Aos que não utilizam e negam esse espaço como alternativa de abrigo comumente são “alvos” de indignação de pessoas, grupos e ou segmentos da sociedade quando constatarem que preferem as ruas aos albergues para pernoitar.

Em geral, os albergues não oferecem alternativas condizentes com as necessidades da diversidade de pessoas em situação, além de banho (que, conforme a região e clima, nem sempre adequados), roupas de cama limpas (as quais tampouco dependendo da estação do ano e da região atendem às necessidades) e um prato de comida (que independe das condições de saúde e doença). Ademais, outro aspecto que requer consideração diz respeito aos horários: a acolhida no final do dia às 18h00 e a saída (expulsão) pela manhã às 07h00, bem

como outras regras impostas, as quais se libertaram e não as querem mais para a vida cotidiana.

Indagados sobre o que fariam se tivesse um albergue para pernoitar no município de Guaratuba e sua opinião sobre esse tipo de equipamento social, as pessoas em situação de rua entrevistadas assim se posicionaram:

Luís: (...) Aqui tinha que ter um albergue bom pra gente dormir. Esses albergues que tem por aí, nenhum presta.

Pedro: [pergunta: o senhor já dormiu em algum albergue?] Albergue não. Aqueles albergues lá? Sei lá! Eu já ouvi muitas idéia de albergue, sei lá, eu fico assim na rua mesmo, é mais sossegado (...) eu sempre gosto de tomá o meu gole né, como que eu vou fica sem toma meu gole lá dentro, aí eu vou fica neurótico.

Fernando: não só eu como todos os outros aí que vivem nessa, ainda mais a gente passa a noite no relento, debaixo de chuva, o tempo frio, pegá uma doença uma enfermidade isso aí é pior né? E cê ter um lugar pra você toma um banho, vesti uma roupa limpa, descente, é outra coisa.

Carlos: Olha, eu, no meu caso, se eu tivesse dinheiro, eu montava um albergue hoje, pra salvá a pátria né! (...) olha eu vou te falar a verdade, se é uma coisa segura, claro que lá vai ser mais seguro do que na rua né, não é verdade? (...) tomá um banho, comê uma comida, dormi bem, é tranquilo né, mas é que têm muitos também que não aceitam isso (...). [Pergunta: Com o dinheiro que o senhor ganhava não poderia alugar um quarto?] Teria, como até hoje em dia a gente dá um jeitinho, eu só to esperando o momento de saí o negócio dos documentos meu entende? (...) pra eu podê saí dessa vida aí (...) senão, sem dinheiro quem que vai alugar casa? Se você não paga adiantado ninguém vai dá casa pra alugar!

Os relatos reiteram posicionamentos heterogêneos, indicados em pesquisas realizadas por outros estudiosos do tema. Assim como alguns entrevistados consideram necessários e utilizariam albergues, outros são contrários e não fariam uso devido às regras institucionais.

Ainda, sobre essa questão a Política Nacional para a População em Situação de Rua estabelece em seu Art. 8º que:

O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras, de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitando o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

Considerando o disposto nessa Política Nacional e a heterogeneidade da população em situação de rua, às instituições de abrigamento competem reconstruir seus formatos, suas lógicas conceituais e suas dinâmicas operacionais, levando em conta a realidade local, se houver de fato o intento de contribuir para a efetivação de determinados direitos sociais.

5.1.3 – Saúde pública universal?

Assim como noutras políticas sociais, à de saúde também compete levar em consideração a diversidade e as especificidades dessa população em situação de rua. Observamos a necessidade de espaços adequados ao tratamento da dependência química da bebida alcoólica (e outras drogas) para alguns dos entrevistados, mesmo eles alegando, conforme vimos em relatos anteriores, que nunca ficam doentes. Segundo Varanda e Adorno (2004, p. 68), o desafio é:

Estabelecer políticas públicas universais, como o SUS, considerando o princípio da equidade, significa estabelecer procedimentos, formas de atendimento e diagnóstico flexíveis que considerem inclusive a atenção extramuros ou em meio aberto estendendo o serviço de saúde a essa população.

Em relação à política de saúde no município de Guaratuba, podemos vislumbrar, a partir dos relatos das pessoas em situação de rua entrevistadas e de suas particularidades, como esse direito se efetiva, tangenciado pelas percepções e estratégias adotadas face aos serviços disponibilizados e às formas de atendimento pelos profissionais envolvidos:

Luís: É difícil, [risos] (...) tem preconceito, eles não atende se não tem endereço, não pode dizer que mora na rua.

Pedro: (...) nunca procurei, só precisei quando fui acidentado, lá no Bacacheri, na 116, já fui atropelado 5 vezes. (...) o posto, o postinho de saúde nem sei onde é! Nunca precisei.

Fernando: (...) não, olha eu nunca fui (...) desde que eu tô parando na rua eu nunca precisei. Nem no pronto socorro. (...) ah! fui sim, quando me cortaram aqui [no ombro] de facão, três pularam ne mim, queria que eu desse cigarro pra eles, e o outro veio por trás e tacou o facão, e eu abaixei, se não fosse a vizinhança eles tinha me... (...) foi a única coisa que eu procurei o posto.

Carlos: Sim quando a gente precisa a gente corre lá pro 24 horas não é, e se às vezes alguém precisa a gente chama o Siate [ambulância], ou a gente

se socorre assim mesmo. (...) não tem preconceito lá, sobre isso aí eu não posso me queixá, lá é muito bem atendido. (...) qualquer um que sai daqui e vai pra lá é muito bem atendido (...).

Rafael: Todo mundo me conhece lá. (...) eu conheço todo mundo. (...) enfermeira chefe, o médico chefe me conhece (...).

O depoimento de Luís destaca preconceitos e discriminações vivenciados, bem como estratégias para acessar o atendimento nos postos de saúde, dentre as quais não se identificar morador de rua e afirmar um endereço, ainda que fictício. Para os demais, o atendimento é compreendido como “normal”, mesmo que seja passível de indagação tal normalidade, a qual não se constitui objetivo adentrar neste trabalho. Consoante ao exposto em suas narrativas, eles consideram que são bem atendidos quando necessitam, embora só procurem os serviços de saúde pública em condições extremadas, movidos também pelas interpretações relativas às suas formas de vida.

Dias após a entrevista com Rafael, soubemos que foi atendido pelo pronto socorro municipal devido, a priori, a uma queda. Ao reencontrá-lo na rua em companhia de dois colegas, perguntei-lhe como estava e qual o motivo da queda e seus colegas disseram que foi um ataque epilético, pois sofre de epilepsia e quando fica nervoso tem as crises. Como ele está diariamente bêbado, o tratamento com remédios se torna impossível. Nesse dia, Rafael desabafou que se fosse oferecido um tratamento para a sua dependência química, iria se tratar. Seu problema de saúde deixa marcas em seu corpo, pois ao se debater acaba se ferindo – conforme relatou e mostrou, a última queda decorrente da crise de epilepsia foi no meio da rua e estava com o rosto todo machucado. Sua situação deixa clara a forma de atendimento que lhes é oferecida, apenas medicam seus ferimentos e nada mais, não há um acompanhamento, e, muito menos, ações preventivas destinadas a essa população.

Segundo Costa (2005, p. 8) a população que vive nas ruas apresenta uma condição de debilidade física e mental bastante grave. Esse público é atingido de “modo especial e com maior frequência” por várias doenças, como “a Aids, as doenças sexualmente transmissíveis, a tuberculose (...) as doenças de pele, doenças respiratórias, entre outras”. A autora complementa que:

O maior problema na área da saúde que atinge essa população está no campo das doenças mentais. Compõem esse quadro doenças como a dependência de substâncias psicoativas e as neuroses e psicoses, de tal modo que a grande maioria de pessoas que vive nas ruas tem algum tipo de sofrimento psíquico.

A reação dos entrevistados em relação ao tratamento para a dependência química da bebida alcoólica, quando perguntamos se tivessem a oportunidade de fazer um tratamento, foi:

João: (...) eu ia...

Luís: Tratamento pra quê? Olha, morador de rua não quer tratamento, bebe porque é safado mesmo, eu fico 2, 3 meses sem beber se eu quiser. (...) Agora! Esses jovens sim têm que ajudar, porque eles tão perdido com as droga, nós não usa droga, só pinga.

Eduardo: (...) eu saio sozinho dessa, eu sou um cara super inteligente.

Pedro: Não adianta, eu já tive altas oportunidades, mas eu prefiro ficar assim ó de boa. Não! Melhor não, ô eu usava cocaína, crack, maconha (...) e cachaça! Hoje eu só tô na pinga. Isso eu larguei tudo, hoje eu não uso nada dessas coisas. Agora só falta o cigarro e a pinga pra mim deixa dela (...) sinceramente, se o cara fala: ó eu vou te pagar um salário aí ó pro cê ficá na clinica, eu não vou, ah! Bem capaz, vou nada, de jeito nenhum, prefiro ficar na minha aí, até ver o que vai acontecer.

Rafael: Eu não vou. Eles queriam me interná, meus irmão! Eu disse então me leva de volta pra Guaratuba. Devia ter ficado lá! Estaria bem melhor!

Destacamos os relatos acima no sentido de provocar a reflexão dos leitores sobre a questão da dependência química entre a população em situação de rua. Constatamos que entre a maioria dos entrevistados há certa “resistência” à aceitação desse tipo de tratamento.

Pertinente nesse sentido são as reflexões de Costa (2005) ao afirmar que os serviços de atendimento a saúde pública, através do Sistema Único da Saúde (SUS), não são adequados à realidade e necessidades das pessoas em situação de rua. Faltam condições de acolhimento e busca ativa do público que vive nas ruas – como no caso da dependência química cujas políticas não prevêm acompanhamentos pós-tratamento. Se mesmo uma pessoa que tem condições financeiras e vários serviços à sua disposição acaba recaindo nesse problema, imaginemos uma pessoa que terá novamente a rua como endereço, exposta às

mais variadas formas de violência, fome, frio, medo, sem qualquer acompanhamento nesse processo.

A inadequação do serviço público de saúde é evidente ao analisarmos que nos atendimentos à saúde ainda permanece a necessidade de comprovação de endereço como nos serviços que trabalham a partir da delimitação de territórios, por exemplo, o programa Estratégia Saúde da Família (ESF), que atende a população em suas residências, de acordo com a distribuição dos bairros. Desta forma, quem vive na rua não é acompanhado pelos agentes de saúde, pois não pertence a nenhuma abrangência territorial específica e, portanto, invisíveis para a rede de serviços de saúde (COSTA, 2005). Ainda, sobre esta questão, conforme Castel (1998, p. 60), “a domiciliação não corresponde apenas a um imperativo técnico para instrumentalizar a distribuição de auxílios. É, sobretudo, a condição de possibilidade que decide sobre o fato de ser assistido ou não”.

5.1.4 – Assistência social a quem necessitar?

De acordo com a Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe a sobre a assistência social, Art. 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Tendo em vista que a sociedade ainda traz consigo a cultura higienista de “limpar a cidade”, de que a população de rua só precisa de um banho, roupas limpas e trabalho, torna-se difícil mobilizá-la para o desenvolvimento de ações que não as de caridade e assistencialismo direcionadas a essa população. Ao poder público governamental cabe mover esforços ainda maiores, haja vista a necessidade de criação de ampla rede de serviços que atendam a população em situação de rua de forma diferenciada, respeitando a sua heterogeneidade, garantindo suas necessidades básicas, mas também proporcionando sua autonomia e emancipação. Lembrando que “autonomia não se conquista da noite para o dia”, ou seja, “é um longo processo que depende de transformações na vida contemporânea” – palavras de Anderson e Juan, ex-moradores de rua, entrevistados por Mattos (2006).

Ao analisarmos as respostas dos entrevistados sobre a pergunta se em algum momento haviam procurado a Secretaria Municipal do Bem Estar e Promoção Social responsável por essa política social, podemos conhecer a visão que possuem da política de assistência social no município de Guaratuba, bem como se atende ou não suas necessidades diante da situação de moradores de rua:

João: [ele disse que nunca chegou a procurar a assistência social e também nunca foi procurado].

Luís: (...) olha, já, já, (...) aqui eu nem sei se tem assistência social, aqui ninguém dá bola.

Eduardo: Não, mas eu ainda vou procurar.

Pedro: Não, eu não, mas já conseguiram passagem pra mim. (...) não, nunca procurei a assistência social aqui, você acredita que eu nem sei onde que é a assistência social aqui!

Fernando: Não, nunca procurei (...)

Carlos: Não, nunca procurei, mas vou procurar.

Rafael: só uma vez.

Entre os entrevistados apenas Luís e Pedro tiveram contato com a instância pública municipal responsável pelas ações socioassistenciais em outro município. Os demais não demonstraram interesse e ou necessidade de buscar esse direito social e, muito menos, reconhecem a política de assistência social como alternativa para uma possível saída da situação de rua. Revelaram também que nunca foram procurados pelas equipes técnicas dessa área no município.

Ao dirigir-se a uma instituição social com a finalidade de buscar um benefício, mesmo que eventual, ou a garantia de um direito, a pessoa em situação de rua assume o seu estado de necessidade e exclusão. Frente à exposição pessoal, julgamentos sobre sua situação, a burocracia encontrada com os processos de cadastramento, espera e as exigências de documentação para depois ser ouvido sobre suas necessidades, acabam fazendo com que essa população evite tal aproximação. (TIENE, 2004).

Sobre o acesso às políticas sociais Silva (2009, p.175-176) descreve que apesar da direção universalizante estabelecida pela Constituição Federal de 1988:

(...) o avanço do projeto neoliberal no País, (...) imprimiu às políticas sociais uma conformação com profundos limites de cobertura e abrangência. (...)

Em relação à população em situação de rua, manifestam-se em confronto com suas características e perfil. As chamadas “exigências formais” para poder participar dos programas que dão corpo às políticas sociais geralmente constituem limites de acesso a eles pelas pessoas em situação de rua. Uma das “exigências formais” é a apresentação de documentos de identificação pessoal. No entanto, são poucas as pessoas em situação de rua que os têm.

Na busca pela efetivação de um trabalho direto e focado para o atendimento às necessidades dessa população, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, que Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, inseriu o atendimento à população em situação de rua no Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, direcionando um serviço de atendimento específico a essas pessoas. No sentido de reforçar a efetivação desse Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade, a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua destaca a necessidade de sua implantação de abrangência municipal no formato de Centro de Referência Especializado para a População de Rua, com os seguintes objetivos:

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia de população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

No município de Guaratuba não identificamos até o momento da realização dessa pesquisa, nenhuma política socioassistencial direcionada às pessoas em situação de rua que corrobore os objetivos supracitados.

A política nacional voltada a esse segmento da população remete a algumas conquistas na esfera dos direitos sociais, tais como: direito a documentos de identificação gratuita, à abertura de conta poupança na Caixa Econômica Federal sem necessidade de comprovante de residência, à inserção no Programa Bolsa Família, à inscrição no programa habitacional “Minha casa Minha vida” sem necessidade de comprovação de renda neste momento. Conforme informações obtidas, enquanto realizávamos esta pesquisa, no estado do Paraná estavam sendo realizadas inscrições relativas ao direito de moradia apenas em Curitiba e Região Metropolitana.

No que se refere a esses direitos sociais, observamos que os entrevistados desconhecem qualquer serviço, programa ou benefício direcionado à população em situação de rua, ao mesmo tempo em que determinados serviços não correspondem aos seus interesses e necessidades.

Luís: Não, morador de rua não tem benefício nenhum, a gente não vai atrás, nós não quer ser identificado. (...) Moça! Todo morador de rua tem alguma pendência com a polícia, nós não pode ter documento, eu nem quero, se eu sô preso, eu invento um nome, nós não queremos benefício (...). [sobre a política de assistência social:] A Assistência Social vem aqui, nós não queremos nenhum direito, não queremos regras, queremos ficar assim mesmo, bebendo, dormindo, conversando.

João: [sobre documentação] Eu tenho, mas não tá comigo, ta com uma mulher que me ajuda, ela tem casa aqui, mas ela mora em Curitiba, aí quando eu preciso, eu ligo pra ela.

Eduardo: tá com uma pessoa de confiança, pra não perdê.

Fernando: (...) meus documento ta tudo guardado lá onde eu to parando, minha identidade, carteira de trabalho.

Rafael: Meus documentos tá com o vizinho ali. Ele que me levou pro hospital e chamou minha família.

Pedro: [perguntado se não é ruim ficar sem os documentos] Não é não, sabia que documento ele serve pra você pegá um emprego! Apresenta a identidade, mas se você não vai pegá emprego, por que documento? Por que precisa de documento? (...) o meu tá tudo guardado em Curitiba, eu vô pegá porque eu quero ir pro Pará.

Carlos: (...) eu perdi meus documento e agora uma advogada ta vendo isso pra mim consegui tirá o meu dinheiro da Caixa.

Como carregar documentos se não há sequer como guardá-los consigo em segurança? Este é um dos problemas enfrentados pelas pessoas em situação de rua. Outra questão é que eles não vêem necessidade de carregá-los junto de si, e, como vimos, no caso de abordagem da polícia quem possui pendências com a Justiça, melhor inventar um nome a ser identificado. Apenas Fernando tem seus documentos como referência de que ele é um cidadão honesto e trabalhador; faz questão de guardar a identidade e a carteira de trabalho junto com os certificados de cursos de aperfeiçoamento realizados.

CAPITULO VI

“MORADOR DE RUA”: SER E OU ESTAR?

6.1 – Sonhar o futuro: um direito exercido

Em relação ao futuro, os entrevistados apresentam expectativas de mudar de vida, fazem planos e exercem o direito de sonhar – ainda que este não constitua explicitamente as normativas constitucionais de cidadania. Para quem já passou por tantos rompimentos, perdas, humilhações, situações de violência, degradação do corpo e da mente, sonhar, projetar, almejar compõe suas vidas nas ruas.

João: Se eu tivesse uma casa e uma muié pra mim, ela ia lavar a minha roupa, e eu ia pescar de novo, pra arranjar um dinheirinho...

Luís: Não, se eu morrer hoje pra mim tá bom, eu já vivi que chega. (...) Só tô pensando em ir pra Santa Catarina, Camboriú talvez. (...) Eu não quero mudar de vida, já fiz coisas que não tem volta.

Eduardo: Quem ta vendo pensa que eu to morto! O quê! Eu vou lá pra fazenda da minha irmã, eu vou me ajeitá de volta. (...) em primeiro lugar eu quero arrumar o meu traje, mas que eu vou arrumar outra eu vou!! [ele fala de outra mulher] (...) a hora que eu arrumar outra mulher, a minha vida vai mudar sabia?

Pedro: O que eu espero pro meu futuro? Ah, uma nova vida! Essa nova vida ham. Deus seja mentiroso! Mentiroso seja Deus, nós vamos reformar. Já viu essa escrita? Depois da nossa morte, nos vamos viver outra nova vida, começar de novo, virar criança e (...). Mentiroso seja Deus, então é o futuro... Amanhã não pertence a nós, mas de repente pertence, amanhã não pertence á nós, de repente nós temos muito mais de que o amanhã!!! E tem que chegar lá. Pra tudo tem jeito, já viu essa história? Pra tudo tem jeito? Alguns falaram ó: pra tudo tem jeito, menos pra morte. [explica] até pra morte tem jeito: a morte existe pra uns, mas pra outros não. (...) a vida seria igualdade entre todos, inclusive vai ser! Todos que morrê e nascê, vai ser igualdade, vai ser igual, ali ninguém passa fome, ninguém tem sede, ninguém tem mais de que o outro, é tudo legal, só beleza, [silêncio]. (...) Eu acho importante que eu quero fala da minha vida é que eu quero vivê muito mais, bastante!!!

Fernando: Eu tenho fé em Deus que um dia eu vô ter um terreninho de novo, ter a minha casa, um trabalho. (...) Eu preciso trabalhar, eu quero ter o meu ganho! Sustento! Eu quero me alimentar direito!... a única coisa que eu queria mesmo era arrumar um serviço pra mim trabalhar, pra mim mudá o meu destino... pra mim tê um lugarzinho, uma quitinete pra mim alugar, pagar final de mês, sabe que eu vô chega ali e vou ter o meu fogãozinho pra mim fazer uma comida digna, melhor né, ter uma geladeira que eu

possa toma uma água gelada, guardá um suco, guarda uma carne, poder receber o meus filho na minha casa. (...) por que lá, poxa, eu já falei pra eles, eu fico até com vergonha de vir aqui, numa situação dessa, e eles fala: ah pai, Deus qué assim, não tem como muda, uma hora Ele vai mudar, mas o senhor tem que passar por isso! (...) o que eu busco pra minha vida, daqui pra frente! O que eu ganhá, eu juntá e podê me estruturá, eu mesmo! Se for depender dos outros olha! Acho que eu vô viver sempre nessa aí! Catando reciclagem. (...) então o que eu ganho, por exemplo: se eu ganho R\$10,00 eu gasto R\$5,00, mas tem dia que eu tenho que gastá tudo, as veis falta um açúcar, um café, daí eu tenho que compra um pão, compra um lanche...

Carlos: O que eu queria mesmo é ter o meu canto! Eu tendo o meu canto, tá louco de bão! (...) assim, depois dessa idade acho que não tem futuro né? [risos]. (...) plano tenho, mas é difícil refazê ele! [silêncio].

Apenas Luís disse não querer mudar de vida e apenas faz planos para seguir no trecho. Os demais entrevistados fazem planos de ter uma vida melhor, uma “nova vida”. Mesmo no caso de Pedro que durante a entrevista afirmou que não deseja sair da situação de rua, encarando-a como uma situação concreta, mas em constante mudança, deixa transparecer em seu relato as dificuldades da vida na rua e seu desejo de viver muito, transmitindo a energia positiva da sua vida caminhada em liberdade.

Para Fernando, um emprego seria o primeiro passo para a sua realização. Sonha em ter sua casa para poder receber seus filhos com dignidade e tem se esforçado economizando um pouco do mínimo que consegue receber com a venda dos materiais recicláveis para quem sabe um dia sair da situação de rua.

Carlos também deseja ter o “seu canto” e apresenta uma questão importante para se pensar em política social para a pessoa em situação de rua que está relacionada à idade. Conforme disse, não tem muito futuro depois “dessa idade” (54 anos) e com problema no ombro direito causado por uma queda. Sua explanação nos faz refletir sobre as políticas sociais de inserção em que o trabalho é colocado como prioridade no processo de saída da rua para essa população. Muitas instituições acabam por incentivar o trabalho na coleta de materiais recicláveis, sem buscar outras alternativas de trabalho, sem considerar que esse tipo de trabalho é pesado, exaustivo e o ato de puxar o carrinho pode ocasionar mais problemas de saúde. Então há que se pensar melhor em política social para os mais velhos.

Embora não possamos utilizar a expressão “idoso” conforme a definição cronológica adotada nos termos da legislação que considera como tal as pessoas

com 60 anos de idade ou mais, quando olhamos para os entrevistados João (49 anos), Pedro (49 anos) e Carlos (54 anos), podemos observar que aparentam ter mais de 60 anos, tamanho o efeito da vida na rua sob seus corpos.

6.2 – “Ser morador de rua”: narrativas de trajetórias vividas

Por fim questionamos as pessoas em situação de rua que compuseram essa “trama” como definem ser “morador de rua” hoje.

Luís: Ser morador de rua é isso, é viver por aí, um dia de cada vez, sem destino, cada minuto, é não saber se vai estar vivo daqui a pouco, é necessidade. (...) é isso, é esquecer a história e o passado e ir vivendo.

Eduardo: (...) eu encaro a vida com realidade, eu enfrento a vida na realidade, o que vier vai ser.

Pedro: Ele vai ter um tempo pra ele se endireitá, por que não adianta lutar em cima deles por que não vai ter jeito, tem que deixar pra lá. Tem um lado escrito, eu li no apocalipse, apocalipse não, no Velho Mandamento [ele quer dizer Testamento], eu não sei qual livro: um cara andô um ano de quatro pé, no matagal, junto com os animais, ele era anjo, aí ele foi condenado, aí ele andava de quatro pé [neste momento ele mostra como o homem andou], queixada, cateto [sorrisos], altos bicho na floresta, andando um ano. Por quê? Problema dele! Ele devia, com certeza, senão ele não andava. Então muitos, tem que deixar ralá [sorrisos] ralá até chegar na sola!!! Agora a gente tá trocando uma ideia, é muito massa, você olha, pá, vamos ver o quê que é né meu, vê onde ele tem que chegar né.

Fernando: Bom, a pessoa que vive na rua, ele é conhecido, ele é barbudo, ele é todo sujo, anda com um saco de roupa nas costa, ou então encostado em qualquer lugar, tomando cachaça ou então fumando paiero, ele é totalmente fora da comunidade, das pessoas que tá passeando pra lá, pra cá, ele é totalmente afastado sabe! Ele é escurraçado, se ele entra num bar ele já é empurrado pra fora, se ele entra pedir uma água, não tem. Ele é conhecido por essa forma, qualquer um que você vê aí, afastado, fora da comunidade, ou dormindo em qualquer lugar, essa é uma pessoa de rua, por não ter esse apoio que nem cê ta falando. (...) Tá faltando isso sabe? O amor! (...) o amor é tudo na vida, se você não tiver amor no teu próximo...

Carlos: É um ser humano igual aos outros, só que tem gente aí que tem 4 rodas, só por que tem 4 roda, qué passá em cima de todos os outros né, tem muitos por aqui em Guaratuba que eu conheço, não vou citar o nome pra não. (...) mas que tem muitos tem!

Eles relatam os sentimentos dentro de si e também refletem os estigmas impostos pela cultura de uma sociedade cunhada no cristianismo e absorvidos por eles ainda no tempo em que não estavam em situação de rua. Observamos

claramente na fala de Pedro ao dar o exemplo do anjo condenado que deveria pagar pelos seus pecados. Muitos trazem consigo o pensamento de que estão pagando por algum pecado grande que cometeram e com isso acabam se culpando pela sua situação.

Fernando apresenta o “morador de rua” da forma como ele se sente, totalmente fora da comunidade. Mas, “são todos seres humanos”, como relata Carlos, que procuram “esquecer o passado, para ir vivendo”, segundo Luís.

Deixamos as demais interpretações para que estas instiguem a pensar sobre a forma como a sociedade interfere no processo de vida dessas pessoas. Será que eles se apresentam como eles se enxergam? Ou como a sociedade os enxerga? Por que o diferente incomoda? Por que não estar dentro dos padrões impostos pela sociedade capitalista incomoda quem está enquadrado nela? Será revolta? Ou desejar a liberdade também?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecemos múltiplas características da população em situação de rua na interlocução dos depoimentos de moradores de rua no município de Guaratuba com estudos realizados por outros autores. A análise de suas trajetórias de vida trouxe a realidade da rua à tona, de forma que acreditamos que alguns estigmas impostos pela sociedade possam ser desconstruídos também com a apresentação deste trabalho.

Os principais fatores que causaram a ida à rua não foram as drogas, o alcoolismo, a violência doméstica ou os rompimentos afetivos, mas os processos que originaram esses fatores, que, por consequência, geraram outros e outros. Afinal, viver é um processo, alguns seguem sem percalços, outros se perdem pelo caminho, porque não conseguem “andar sozinhos” e, nesses casos, são necessárias ações sociais de profissionais qualificados, pautadas sob a ótica de direitos e não da caridade, favor, benemerência.

Há situações que requerem o fortalecimento das relações familiares e sociais, por meio de ações do Estado e da Sociedade, buscando a universalidade de acesso às políticas públicas, e que esse acesso possa chegar de forma preventiva e não apenas curativa, para que as pessoas não passem pelo processo de vulnerabilização que acompanhamos na sociedade contemporânea.

Observamos que no município de Guaratuba essas pessoas estão jogadas à própria sorte, sem garantias mínimas de sobrevivência, tendo que desenvolver estratégias para suprirem suas necessidades básicas diárias. Faltam profissionais capacitados para a atuação com essa parcela da população, assim como o olhar da administração pública local para essa questão e para que essas pessoas não continuem sendo tratadas como “lixo”, que varremos e pronto!

Observamos também que a vida no espaço da rua pode não resultar tão somente em processo de exclusão e sim de inclusão e de ajuda mútua aos que dela retiram seu sustento, construindo laços afetivos e de sociabilidade. No entanto é preciso que a sociedade os veja como seres humanos, que têm o direito de ter uma vida digna, mesmo que esta vida seja num lar sem portas e janelas, onde todos

podem entrar para “jogar conversa fora”. Para isso é preciso fazer valer os seus direitos de cidadão.

Esperamos que a sociedade excludente re-construa alguns pensamentos, formas de agir, de enxergar o outro. Que a violência e a discriminação sejam transformadas em segurança e respeito às diferenças e ao diferente. Diferente por que se nega a ser igual; igual aos que sobrevivem do trabalho formal – que não vivem, porque escravos do trabalho, apenas trabalham e não são valorizados; não são livres porque trocaram a liberdade pela segurança, mas a segurança é falsa.

O trabalho está presente em sua rotina diária, realizando-o de acordo com suas necessidades diárias, ou seja, moldam suas formas e dinâmicas de trabalho na informalidade, no sentido de fugir e ou romper com o processo rotineiro do trabalho formal, horários, cobranças, estresse. São pessoas que buscam, em certa medida, autonomia e emancipação; como pessoas são construídas na relação com as outras e isso implica resistência para não serem “formatadas”, do contrário, serão autômatos...

Nas suas trajetórias de vida o futuro está incluso, ao contrário do que a sociedade excludente pensa: que “eles não têm futuro”. Apenas precisam ser reconhecidos como cidadãos e suas especificidades devem ser respeitadas, levando em consideração o seu nomadismo, e que a pessoa em situação de rua também é dinâmica, descontraída, tem “jogo de cintura”, não se acomoda, portanto, podem desenvolver vários tipos de trabalho e não apenas coletar materiais recicláveis.

As pessoas em situação de rua passaram por processos de transformações e rompimentos em suas vidas até chegarem à vida nas ruas – processo esse que é contínuo para ela e para qualquer ser humano. Portanto, suas características nunca serão homogêneas, não há um motivo único para se chegar à situação de rua. Somos sujeitos inacabados...

REFERÊNCIAS

14 PESSOAS em situação de rua estão inscritas na COHAB. **A Laje**: a voz do povo da rua, Curitiba, 3ª. Edição, jan. 2011.

A LAJE: a voz do povo da rua, Curitiba, 4ª. Edição, fev. 2011.

BOARETTO, Roberta Cristina. **Velhos à Margem na Margem das Ruas**: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

BRASIL, Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20/07/2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 08/08/2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 23 de out.2010.

BRASIL. Decreto-Lei N. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da assistência Social (LOAS). In: **Legislação social**: cidadania, políticas públicas e exercício profissional. PONCHECK, Dione do Rocio; WITIUK, Ilda Lopes (Comissão organizadora). Curitiba: CRESS 11ª Região, 2006.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CABRINI, Roberto. Programa Conexão Repórter: **Os invisíveis**. Disponível em: <http://www.sbt.com.br/conexaoreporter/reportagens>. Acesso em: 21/07/2011

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**, uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, n.4, ano IV, dez. 2005.

CRISTO, Luciana. **Curitiba tem 2,7 mil moradores de rua**. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/.../293281/>. Acesso em 07/06/2011.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: Nômades, Excluídos e Viradores. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.139-171.

EVENTO aponta modalidades de moradia para a população em situação de rua. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br> acesso em: 07/06/2011.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. População em Situação de Rua: Conceitos e Mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006. Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília, IBGE, 2006, p.1-15.

FERRO, Maria Carolina T. **Pesquisa em SP revela perfil e expectativas da população em situação de rua sobre trabalho.** Disponível em: <http://www.falarua.org/index.php?display=j>. Acesso em: 30/01/2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Principais Resultados do Perfil Socioeconômica da População de Moradores de Rua da área Central da Cidade de São Paulo.** São Paulo: FIPE, 2010.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo.** Campinas, SP: Unicamp, 2004

GOMES, Walquíria Alves. População adulta de rua: a perversa exclusão social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE BRASILEIRA DE COOPERACAO EM EMERGECIAS – RBCE, Goiânia, GO, 4, 2000. **Anais...** Porto Alegre, 2000.

GUIMARÃES, Luciano. **Moradores de rua formam um grupo heterogêneo.** Disponível em:

http://www.diarioweb.com.br/editorial/corpo_noticia.asp?IdCategoria=62&IdNoticia=28168&IdGrupo=1. Acesso em: 13/05/2011.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006.

_____. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes da rua. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995

MATTOS, Ricardo Mendes. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade.** 2006. 246f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de São Marcos, São Paulo, 2006.

_____. FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v.16, n.2, p.47-58, maio/ago. 2004

MIZOGUCHI, Danichi Hausen; COSTA, Luis Artur; MADEIRA, Manoel Luce. Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. **Psicologia & Sociedade**; 19 (1): 38-44; jan/abr. 2007

MORADOR de rua – **Política pública para grupos fragilizados** – Novo olhar. Disponível em: <http://www.autores.com.br/2009012214141/Noticias/Politica/morador-de-rua-politica-publica-para-grupos-fragilizados-novo-olhar.html> acesso em: 02/12/2010

OLIVEIRA, Heloisa dos Santos Martins de; OLIVEIRA, Márcia Heloisa de. **A População de Rua e as Relações Capitalistas.** Artigo. Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio Toledo” de Presidente Prudente. São Paulo.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, Ceru, FFLCH/USP, 1983.

SANTOS, Cleonice Dias dos. No olho da rua. Perfil da População em Situação de Rua usuárias do Albergue São Francisco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, 2010. Brasília. **Anais...** Brasília, CFESS, 2010.

SANTOS, Erika Maria Pinto; CRUZ, Brenda Joceli da Silva. População em Situação de Rua no bairro Alecrim, Natal/RN: reflexo do processo de urbanização no capitalismo contemporâneo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, 2010. Brasília. **Anais...** Brasília, CFESS, 2010, p.1-7.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. Memória das ruas, memórias da exclusão. In BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.226-227.

VARANDA, Valter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis Urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v.13, n1, p.56-69, jan./abr. 2004.

ANEXOS

Anexo 1

A temporada se foi, mendigos ficaram



Comerciantes locais estão preocupados com a **incômoda presença** de andarilhos que permaneceram em grande número na cidade, mesmo após o final da temporada de verão. Na última semana, um andarilho provocou desordem defronte a um comércio da cidade. Ele desacatou o proprietário do estabelecimento após ter sido solicitado que deixasse o local, uma vez que apresentava sinais de embriaguez. O andarilho não acatou o pedido do lojista e passou a xingá-lo, bem como funcionários da loja e quem mais passasse pela rua. Os mendigos costumam perambular pela Praça Central, Praça dos Namorados, alguns pontos da orla onde existem marquises ou estabelecimentos fechados com toldos onde costumam pernoitar e fazer muita sujeira para desespero dos moradores e lojistas.

Fonte: Jornal Guará Notícias, Guaratuba/PR. Edição 267 - 12/05/2011 ano IV.

Anexo 2

Praça está tomada por mendigos



E a velha história dos mendigos continua. Vários “pontos” escolhidos pelos andarilhos são conhecidos e muita gente prefere passar longe desses locais. É o caso da Praça Coronel Alexandre Mafra, um dos pontos prediletos dos moradores de rua. Lá eles consomem cachaça, promovem desordens e pedem gratificação

para “cuidar de carros”.

Poderá piorar

O problema é sério e com a aproximação da Festa do Divino pode piorar. Uma das características destas pessoas em situação de indigência é viver nas ruas perambulando, sendo que muitos deles são doentes mentais, alcoólatras e drogados, que à noite

ficam em grupos nas praças ou pernoitando debaixo de marquises de edifícios. Seria interessante que a administração pública realizasse um trabalho semelhante o que ocorre em Curitiba. Lá os andarilhos são recolhidos pela Assistência Social, passam por uma triagem e são encaminhados a suas cidades de origem.

APENDICE

Síntese da caracterização dos sujeitos da trama:

João: 48 anos de idade, negro, paranaense, mora em Guaratuba a mais de 30 anos; há 6 anos está em situação de rua. Foi casado, tem 4 filhos. Coleta materiais recicláveis.

Luis: 44 anos de idade, branco, paranaense, vive em situação de rua desde os 12 anos de idade. Foi casado e tem 1 filho. Vive de cidade em cidade e está em Guaratuba há 5 meses. Faz alguns bicos para se sustentar.

Eduardo: 51 anos de idade, branco, foi casado e tem 1 filha; vivia em Curitiba e está em situação de rua há 4 anos; trabalhou durante 30 anos como garçom; está em Guaratuba desde o início de dezembro de 2010. Coleta latas de alumínio para vender.

Pedro: 49 anos de idade, branco, natural de Japurá/PR; está em situação de rua há 35 anos, estudou até os 14 anos; não tem filhos; é um “trecheiro”, pois vive de cidade em cidade. Coleta materiais recicláveis para vender.

Fernando: 52 anos de idade, negro, natural de Itaquera/SP; foi casado, está separado e tem 5 filhos; é evangélico e estudou até a 7ª série do ensino fundamental; mora em Guaratuba há 16 anos e está na rua há mais de 4 anos. É catador de materiais recicláveis. Mantém contato com os filhos.

Carlos: 54 anos de idade, branco, natural de Curitiba; morador de Guaratuba desde 1967 e está em situação da rua há mais de 2 anos. Estudou até a 4ª série do antigo primário; é separado e têm 4 filhos. Não mantém contato com a família. Realiza pequenos “bicos” para os comerciantes locais; possui um carrinho para catar material reciclável e é guardador de carros na praça central.

Rafael: 34 anos de idade, branco, separado, tem 1 filho; mora em Guaratuba há 12 anos e está em situação de rua há 12 anos; possui ensino médio completo e trabalhava com serigrafia. Hoje cata latinhas e às vezes pede esmolas para sobreviver.